

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**RELAÇÃO E DINÂMICA ENTRE
EMPREENDEDORISMO E EMPREGO NO
CONTEXTO BRASILEIRO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristiane Oliveira de Freitas Pinto

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

RELAÇÃO E DINÂMICA ENTRE EMPREENDEDORISMO E EMPREGO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Cristiane Oliveira de Freitas Pinto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janis Elisa Ruppenthal

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de Mestrado

**RELAÇÃO E DINÂMICA ENTRE EMPREENDEDORISMO E
EMPREGO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

elaborada por
Cristiane Oliveira de Freitas Pinto

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Engenharia de Produção

Comissão Examinadora

**Janis Elisa Ruppenthal, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)**

Roselaine Ruviaro Zanini, Dr^a. (UFSM)

Rita Inês Paetzold Pauli, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, RS, 26 de fevereiro de 2013

Aos meus pais pelo amor, educação e principalmente exemplo de vida.

Ao meu esposo Flávio pelo incentivo e compreensão nas horas em que não estive presente durante a realização desse estudo.

Ao meu filho João Pedro, pelo amor e ânimo extra para continuar lutando.

AGRADECIMENTO

Agradecer a poucas pessoas que de alguma maneira me acompanharam nesta trajetória, não é tarefa fácil, tampouco justa, devido à necessidade de ser breve. No entanto, alguns nomes me vêm à lembrança neste momento, e a estes agradeço:

A Deus, criador de tudo, por sua infinita bondade em me presentear com a vida e com saúde, sem as quais não conseguiria sequer levantar a cada dia.

Aos meus queridos pais pelo exemplo de vida, apoio incondicional e principalmente pelos ensinamentos, base fundamental na construção de meus próprios valores.

Ao meu amor Flávio, companheiro nesta e em tantas outras trajetórias, agradeço pelo incentivo nos momentos de desânimo, pela confiança e principalmente pela compreensão nas horas de ausência.

Ao meu querido filho João Pedro, que chegou meio à finalização deste trabalho, e trouxe mais alegria aos meus dias e ânimo extra para as noites mal dormidas.

Às minhas irmãs Luciane e Bruna, pelo amor, amizade e inúmeros momentos de alegrias dos quais compartilhamos.

A querida amiga Sirlei, por dizer: “Cris, você consegue!”. Agradeço pelo incentivo, fundamental no início desta caminhada.

A Sidinéia, companheira de estudo e de chimarrão, pelos momentos de descontração em meio ao caos, e amizade acima de tudo.

A professora e orientadora Janis Elisa Ruppenthal, pelos ensinamentos, apoio, críticas e valiosas contribuições para o trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida durante os anos de curso.

Aos funcionários e professores do PPGEF, pelo carinho, presteza e orientações sempre que solicitados.

A todas as pessoas que não foram citadas, porém, contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual ou emocionalmente, o meu profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÃO E DINÂMICA ENTRE EMPREENDEDORISMO E EMPREGO NO CONTEXTO BRASILEIRO

AUTOR: CRISTIANE OLIVEIRA DE FREITAS PINTO

ORIENTADORA: JANIS ELISA RUPPENTHAL

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 26 de fevereiro de 2013.

O empreendedorismo é considerado um veículo importante para o bom desempenho econômico, gerando e dinamizando os fatores de produção originais, capital e trabalho. Este trabalho apresenta como tema principal a atividade empreendedora e sua relação com o emprego. Para isso, o objetivo geral é investigar o comportamento do empreendedorismo e sua relação com a variação nas taxas de emprego no Brasil e nas cinco regiões do país. As variáveis utilizadas no trabalho foram a Taxa de formação de empresas – TFE e a Variação no emprego – VEMP, e o período analisado foi 2007-2010. As técnicas estatísticas utilizadas como metodologia de análise foram a estatística descritiva, Coeficiente de correlação de Spearman e Análise de variância de Friedman – ANOVA. Observaram-se por meio da análise, comportamentos distintos no período 2007-2010 entre as cinco regiões, revelando um formato heterogêneo da atividade empresarial e do emprego no país. Os resultados mais relevantes deste estudo apontam a existência de correlação positiva e moderada entre as variáveis, no Brasil, nos anos 2008 e 2010. Na análise regional foi encontrada correlação significativa, porém negativa, entre as variáveis na região Norte nos anos 2007 e 2009, o que sugere a relação inversa entre as variáveis neste período. Conclui-se com o trabalho que regiões tradicionalmente pobres apresentaram melhores resultados na formação de empresas em relação às regiões com melhores indicadores sócio-econômicos. Além disso, observou-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a atividade empresarial já consolidada.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Formação de empresas. Emprego

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Master's Degree Program in Production Engineering
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

RELATIONSHIP BETWEEN AND ENTREPRENEURSHIP AND EMPLOYMENT DYNAMICS IN BRAZILIAN CONTEXT

AUTHOR: Cristiane Oliveira de Freitas Pinto
COACH: Janis Elisa Ruppenthal
Date and Local of Defense: Santa Maria, february, 26th, 2013.

Entrepreneurship is considered an important vehicle for economic performance, creating and fostering the original factors of production, capital and labor. This work has as main theme entrepreneurial activity and its relationship to employment. For this, the general objective is to investigate the behavior of entrepreneurship and its relation to the variation in employment rates in Brazil and in the five regions of the country. The variables used in the study were the rate of formation of companies - TFE and Change in employment - VEMP, and the period was 2007-2010. The statistical techniques used as a methodology of analysis were descriptive statistics, Spearman correlation coefficient and Friedman analysis of variance - ANOVA. Observed through the analysis, distinct behaviors during 2007-2010 among the five regions, revealing a heterogeneous format of business activity and employment in the country. The most relevant results of this study indicate the existence of positive and moderate correlation between variables, in Brazil, in the years 2008 and 2010. In the regional analysis found a significant correlation, though negative, between the variables in the North in the years 2007 and 2009, suggesting the inverse relationship between variables in this period. It concludes with the work that traditionally poor regions showed better results in the formation of companies for regions with better socio-economic indicators. Moreover, there was the need for public policies aimed at business activity already consolidated.

Keywords: Entrepreneurship. Formation Rates. Employment.

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 1

Quadro 1 – Divisão política Brasileira.....	24
---	----

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 – Fr – Região Sul - Brasil – 2007-2009.....	27
Tabela 2 – Fr – Região Sudeste - Brasil – 2007-2009	28
Tabela 3 – Fr– Região Centro-oeste - Brasil – 2007-2009	28
Tabela 4 – Fr – Região Norte - Brasil – 2007-2009	29
Tabela 5 – Fr – Região Nordeste - Brasil – 2007-2009	30

ARTIGO 2

Tabela 1 – Brasil - Coeficiente de correlação de Spearman - 2007-2010.....	38
Tabela 2 – Brasil - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010.....	47
Tabela 3 – Sul - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010.....	48
Tabela 4 – Sudeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007- 2010.....	49
Tabela 5 – Centro-Oeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007- 2010.....	50
Tabela 6 – Norte - Coeficiente de correlação de Spearman – 2007-2010.....	51
Tabela 7 – Norte - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010.....	51
Tabela 8 – Nordeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010.....	52

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 – Fr Macrorregiões brasileiras - 2007-2009	31
---	----

ARTIGO 2

Figura 1 – Brasil - Taxa de formação de empresas - 2007-2010.....	46
Figura 2 – Brasil - Variação no emprego - 2007-2010	46
Figura 3 – Sul - TFE e VEMP – 2007-2010	48
Figura 4 – Sudeste - TFE e VEMP – 2007-2010.....	49
Figura 5 – Centro-Oeste - TFE e VEMP – 2007-2010.....	50
Figura 6 – Norte - TFE e VEMP – 2007-2010.....	51
Figura 7 – Nordeste - TFE e VEMP - 2007-2010.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Justificativa.....	14
Objetivos.....	14
Limitação da pesquisa.....	15
Estrutura do trabalho.....	15
ARTIGO 1 – EMPREENDEDORISMO E TAXA DE FORMAÇÃO DE EMPRESAS: UMA ANÁLISE DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS	16
RESUMO.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
A FORMAÇÃO DE EMPRESAS COMO MEDIDA DE EMPREENDEDORISMO.....	19
O empreendedorismo e a economia mundial	19
Capital empresarial.....	21
A formação de empresas na economia.....	22
Empreendedorismo no Brasil.....	23
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
Base de dados.....	25
Taxa ecológica de formação de empresas – Fr.....	25
Procedimentos analíticos.....	26
TAXA MÉDIA DE FORMAÇÃO DE EMPRESAS NAS CINCO MACRORREGIÕES BRASILEIRAS.....	27
Considerações finais.....	32
Referências.....	33
Abstract.....	37
ARTIGO 2 - EMPREENDEDORISMO E A DINÂMICA DO EMPREGO NO BRASIL.....	38
RESUMO.....	38
INTRODUÇÃO.....	39
Empreendedorismo para a economia mundial.....	40
Empreendedorismo e sua contribuição para o emprego.....	41

A evolução empreendedora no Brasil.....	43
METODOLOGIA.....	44
RESULTADOS.....	46
A dinâmica da TFE e VEMP no Brasil.....	46
A dinâmica da TFE e VEMP nas cinco regiões brasileiras.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	54
DISCUSSÃO.....	57
CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

O aumento da competitividade global, aliada à necessidade de adaptação a contextos socioeconômicos cada vez mais complexos, desencadeou a partir das últimas décadas do século XX a procura por mecanismos de sobrevivência e fortalecimento empresarial em países de todo o mundo.

O empreendedorismo, apesar de não ser um termo novo, pois, remonta a Idade Média quando era usado para definir a pessoa encarregada de projetos de grande escala, passou então ser considerado por pesquisadores e autoridades econômicas e políticas como um importante aliado na busca de melhor desempenho econômico através do incremento na geração de emprego e renda na população. A atividade empresarial acelera mudanças estruturais na economia, tornando-se um catalisador para o crescimento econômico e para a competitividade (BARON; SHANE, 2007; KELLEY; BOSMA; AMARÓS, 2010).

Joseph Schumpeter é um dos principais expoentes da teoria econômica do século XX. Schumpeter (1961), refere-se a indivíduos criativos e inovadores como empreendedores. Na visão do autor, estes são responsáveis pela introdução de inovações tecnológicas servindo de estímulo para o início de um novo ciclo econômico. Segundo Schumpeter (1982), o empreendedorismo é o mecanismo capaz de alavancar o processo de desenvolvimento econômico regional, gerando competitividade e empregos suficientes para elevar o padrão de vida de uma população.

Considerando a criação de novos empreendimentos e sua sustentabilidade, fundamentais para o bom desempenho econômico de uma região, Gartner (1989) associa empreendedorismo simplesmente a entrada de novas empresas no mercado. Já Hisrich e Peters (2004), conceituam empreendedorismo como um processo dinâmico de criar riqueza, através de indivíduos que assumem riscos e agregam valor ao produto.

Na visão de Koster (2011), a dinâmica empreendedora e o seu desempenho na economia dependem do contexto social, econômico e cultural da região na qual está inserida. O autor afirma ainda que, o contexto regional interfere diretamente no impacto das novas empresas sobre o emprego, exigindo elaboração de políticas públicas específicas de estímulo ao empreendedorismo para cada região. Não surpreende, portanto que regiões diferentes, analisando-se o mesmo período, apresentem taxas de empreendedorismo diferenciadas.

O empreendedorismo é considerado mobilizador da dinâmica econômica e, segundo Thurik e Wennekers (2004), os decisores políticos respondem às preocupações crescentes

sobre a criação de emprego, o crescimento econômico e a competitividade internacional através da promoção de novas empresas. As novas e pequenas empresas mostram-se capazes de crescer rapidamente, confirmando sua importância na geração de empregos (BIRCH, 1979; AUDRETSCH; THURIK, 2000)

Apesar de ir contra aspirações populares e até mesmo políticas, o impacto da atividade empresarial na geração de empregos é considerado ambíguo entre pesquisadores do tema, quando em termos do tempo necessário para os efeitos da criação de novas empresas serem percebidos em nível de aumento de taxas de emprego. (AUDRETSCH; FRITSCH, 2002; VAN STEL; STOREY, 2004; FRITSCH; MULLER, 2004). Os autores argumentam que, quando pequenas empresas entram no mercado elas pouco contribuem com a geração de empregos para a economia, pois, existe o receio de grandes investimentos em contratações por parte dos empresários em atividades que estão apenas começando. Na visão de Van Stel e Storey (2004), a formação de empresas pode não influenciar a geração de emprego no curto prazo, ou até mesmo o impacto vir a ser negativo.

Medir a atividade empreendedora não é tarefa fácil e divide opiniões entre pesquisadores do tema. Neste sentido, este trabalho propõe utilizar como medida de empreendedorismo a taxa de formação de novas empresas através do método ecológico (*Fr*). Esse método relaciona a formação de novas empresas ao estoque de empresas já existente em uma localidade utilizando como denominador o estoque de empresas existentes no ano anterior àquele da taxa estimada. (GARTNER, 1989; JOHNSON, 2004).

Apesar de ser amplamente conhecido e colocado em prática nos países ricos em décadas anteriores, no Brasil o conceito de empreendedorismo somente foi reconhecido após a abertura comercial no início da década de 1990, diante das alterações nas relações de trabalho e produção. Anteriormente, a dinâmica econômica no país estava ligada às grandes corporações, sendo transferido o foco da atividade econômica no Brasil para a abertura de pequenos negócios a partir de meados da década de 1990.

Essa pesquisa tem como tema principal investigar o comportamento da atividade empreendedora no país e seu impacto na geração de empregos.

O universo da pesquisa é o Brasil como um todo, considerando as vinte e sete unidades federativas, e as cinco regiões do país, conforme a divisão política, IBGE (2012). Como resultado pretende-se quantificar a taxa de formação de empresas nas cinco regiões brasileiras e o impacto dessa variação nas taxas regionais de emprego.

Justificativa

O GEM - Global Entrepreneurship Monitor, projeto desenvolvido pela Babson College em parceria com a London Business School desde 1999, tem por objetivo a geração e divulgação de informações sobre a atividade empreendedora em âmbito mundial (BOSMA; WENNEKERS; AMORÓS, 2012). O Brasil participa da pesquisa desde o ano 2000 sem interrupções, e no ano de 2011 ocupou a 15ª posição em relação aos 54 países participantes da pesquisa. Além disso, Greco *et al.* (2011) afirma que a Total Entrepreneurship Activity - TEA média brasileira de 2002 a 2010 é de 13,38%, sendo que a média dos demais países participantes do GEM foi de 5,8%. Esses dados revelam a elevada capacidade empreendedora da população brasileira. Segundo Bosma, Wennekers e Amorós (2012) quando indivíduos são capazes de reconhecer e explorar oportunidades de negócios no ambiente em que atuam, toda a sociedade é beneficiada, seja com o aumento da criação de empregos, seja com o aumento da riqueza do país. Assim, a pesquisa justifica-se, buscando relacionar o empreendedorismo no Brasil, medido através da taxa de formação de empresas, com a variação no número de empregos.

Objetivos

O empreendedorismo tornou-se após a década de 1990, estratégia fundamental para políticas públicas que visam acelerar a dinâmica econômica de países e regiões. Porém, diferentes regiões, muitas vezes de um mesmo país, absorvem de maneira distinta a atividade empresarial e, reagem a esta também de forma particular. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o comportamento da atividade empreendedora no país e sua relação com a variação nas taxas de emprego.

Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta:

- analisar a variação do empreendedorismo no período 2007-2009 nas cinco macrorregiões brasileiras utilizando como medida a taxa de formação de empresas.
- investigar a relação entre a taxa de formação de empresas e a variação na abertura de postos de trabalho no Brasil e nas cinco regiões do país separadamente, no período 2007-2010.

Limitação da pesquisa

A principal limitação deste trabalho refere-se ao período analisado. Para o cálculo da taxa de formação de empresas é utilizado o número de unidades locais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Porém, somente após o ano de 2007 é que esses dados passam a ser publicados. Portanto, este trabalho foi realizado utilizando os dados referente ao período máximo disponível, 2007-2010. No primeiro artigo, o período analisado foi 2007-2009, pois, o IBGE não havia disponibilizado até o momento da coleta, os dados referentes ao ano de 2010. Entretanto, o segundo artigo apresenta a análise incluindo este ano, sendo analisado o período 2007-2010.

Outro fator limitante deste trabalho é a unidade utilizada para calcular a taxa de formação de empresas. Utilizou-se o número de unidades locais disponibilizado pelo IBGE para todos os municípios do país. Porém, esse número refere-se apenas ao valor absoluto de estabelecimentos registrados em cada município em 31 de dezembro do ano de referência, desconsiderando estabelecimentos que abriram e fecharam neste período.

A análise não considerou outras variáveis, tornando-se essa, outra limitação da pesquisa. Além disso, as características regionais são fatores que, também não foram levados em consideração no momento da pesquisa e, que podem influenciar no comportamento das variáveis analisadas.

Estrutura do trabalho

Esta dissertação segue o modelo proposto pela Estrutura e Apresentação de Monografias Dissertações e Teses – MDT (2012) para a confecção de trabalhos acadêmicos no formato de artigos científicos. O trabalho divide-se em seis seções básicas. A primeira seção apresenta a introdução da pesquisa.

A segunda seção traz o primeiro artigo científico, o qual demonstra a distribuição da atividade empreendedora nas cinco regiões brasileiras no período 2007-2009. O segundo artigo é apresentado como terceira seção, mostrando a relação entre a atividade empreendedora e a variação no emprego no Brasil e nas cinco regiões separadamente, no período 2007-2010.

Após a apresentação dos dois artigos científicos, é realizada, na quarta seção deste trabalho, uma discussão com a finalidade de mostrar a integração dos mesmos e generalizar os resultados apresentados individualmente. A quinta seção apresenta as conclusões da pesquisa.

ARTIGO 1 - EMPREENDEDORISMO E TAXA DE FORMAÇÃO DE EMPRESAS: UMA ANÁLISE DAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

Autoria

Cristiane Oliveira de Freitas Pinto E-mail: crisoliveiradefreitas@gmail.com

Prof. ^a Dr^a. Janis Elisa Ruppenthal E-mail: profjanis@gmail.com

Afiliação Institucional

Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço profissional: Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000, Centro de Tecnologia. Santa Maria, RS.

Resumo

O empreendedorismo é considerado o grande paradigma econômico desde meados do século XX. Porém, é um tema complexo, não existindo consenso entre pesquisadores principalmente quanto à sua mensuração. O objetivo desta pesquisa será medir o empreendedorismo através do cálculo da taxa média de formação de empresas das macrorregiões brasileiras, e através dela, avaliar o desempenho das regiões no período 2007-2009. Este trabalho propõe medir o empreendedorismo através da taxa ecológica de formação de empresas, utilizando como objeto de estudo as cinco macrorregiões brasileiras. Como base de dados para a pesquisa foi utilizado o número de unidades locais disponibilizado pelo IBGE. Para a análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva. Observou-se nos resultados uma variabilidade acentuada na taxa de formação de empresas dentro dos estados. Já na análise regional a variação é verificada, porém em menor intensidade. Concluiu-se assim, que a região Norte reconhecida por seu baixo desempenho social e econômico apresentou as maiores taxas de formação de empresa, e a região Sul, tradicionalmente bem estruturada em termos de indicadores sócio-econômicos, obteve as menores taxas de formação de empresas do período analisado.

Palavras-chave: Empreendedorismo; taxa de formação de empresas; capital empreendedor

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tornou-se após a segunda metade do século XX um novo paradigma para a economia mundial, atraindo a atenção de economistas e entidades políticas pela sua capacidade de dinamizar e alavancar o crescimento e desenvolvimento econômico em todo o mundo.

Apesar de ser considerada uma atividade chave para o bom desempenho de uma economia, Rocha e Sternberg (2005), acreditam que pesquisas sobre o impacto do empreendedorismo na dinâmica empresarial regional são teórica e empiricamente escassas, devido a inúmeras limitações conceituais e metodológicas. No entanto, Mamede (2004) afirma que a experiência e estudos disponíveis são suficientes para estabelecer a importância da criação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas que venham influenciar positivamente o nível de atividade empreendedora em uma determinada região.

Estudos em décadas recentes apontam a tendência na utilização da taxa de formação de empresas como medida de empreendedorismo (GARTNER, 1989; AUDRETSCH; FRITSCH, 2002; VAN STEL; STOREY, 2004; JOHNSON, 2004; ASHCROFT, *et. al* 2007). A utilização desta medida é considerada um elemento importante no estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional. Johnson (2004) acredita que, o nascimento de um novo negócio é uma expressão importante da atividade empreendedora e um elemento chave no crescimento econômico. Segundo Mowery (2005), as novas empresas que até 1980 eram criticadas por autoridades por a sua incapacidade de sustentar a concorrência com grandes empresas passam a ser vistas como importante fonte de geração de emprego. A abertura de novas empresas está fortemente relacionada com o crescimento econômico mobilizando agentes entre cidades e regiões. Os novos empreendedores estimulam a competitividade, e podem gerar e disseminar novas idéias, influenciando assim no desenvolvimento das nações (BRUNO; BYTCHKOVA; ESTRIN, 2008; CANEVER, *et al.*, 2009).

De acordo com Mirayaga e Pereira (2011) o Brasil constituiu-se, desde a segunda metade do século XX, numa das principais economias do sistema capitalista mundial. Segundo os autores devido à complexidade de sua sociedade e às condições históricas e peculiares do desenvolvimento do sistema capitalista no país, instalou-se ao longo das últimas décadas, uma das maiores desigualdades de renda do planeta. O Brasil apresenta grandes dimensões, territorial e populacional, o que contribui com a existência de características

heterogêneas tanto em aspectos econômicos como cultural e demográfico, sendo estes aspectos, influenciadores da capacidade e motivação empreendedora nas diferentes regiões do país.

A intensidade com que a atividade empreendedora é disseminada nas diferentes regiões está associada aos fatores microeconômicos, ou seja, interações culturais, econômicas e individuais, que convergem para criar um ambiente que facilite ou iniba o empreendedorismo, reconhecendo que o fenômeno envolve a interação entre o ambiente e os indivíduos. (ROCHA; STERNBERG, 2005; ASHCROFT *et al.*, 2007). No entanto, a formação de empresas tende a não ser uniforme em todas as regiões, desafiando constantemente os formuladores de políticas públicas quanto às variações espaciais na formação de empresas.

Dentro desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a variação do empreendedorismo no período 2007-2009 nas cinco macrorregiões brasileiras utilizando como medida a taxa de formação de empresas. A taxa será calculada pelo método “ecológico” a partir do número de unidades locais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A estatística descritiva será utilizada como metodologia de análise dos dados e definição dos resultados.

Considerando os dados da pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM, maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora no mundo, o Brasil ocupa uma posição privilegiada em relação ao empreendedorismo no mundo. Conforme Bosma, Wennekers e Amarós (2012), o país ficou com a 12^a posição entre os 54 países pesquisados. O GEM mede a atividade empreendedora pelo número de pessoas dentro da população adulta de um determinado país envolvida na criação de novos negócios. Segundo Bosma, Wennekers e Amarós (2012), Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial - TEA é a proporção de indivíduos na população em idade ativa, ou seja, entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras na condição de empreendedores de negócios nascentes ou empreendedores à frente de negócios novos, considerando assim, negócios com menos de 42 (quarenta e dois) meses de existência.

Segundo Bosma, Wennekers e Amarós (2012), a TEA brasileira em 2011 foi de 14,9%, o que indicou queda na taxa da atividade empreendedora no país em relação a 2010 que, conforme Greco *et al.* (2011) foi de 17,5%, a maior desde 1999, primeiro ano em que a pesquisa GEM foi realizada no país. Neste mesmo ano o Brasil apresentou a melhor taxa de empreendedores iniciais entre os 17 países membros do G20 que participaram da pesquisa.

O trabalho justifica-se pela importância do tema empreendedorismo para o desempenho econômico de países e regiões, e também pelo interesse em observar a distribuição espacial do empreendedorismo nas cinco regiões brasileiras, visando contribuir com a elaboração de políticas voltadas ao incentivo da atividade empresarial, geração de empregos e crescimento econômico.

2 A FORMAÇÃO DE EMPRESAS COMO MEDIDA DE EMPREENDEDORISMO

2.1 O empreendedorismo e a economia mundial

Para Timmons *et al.* (2004), o empreendedorismo é uma revolução silenciosa que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX. O significado dessa frase, além de uma teoria sobre a importância do empreendedorismo, nos remete ao processo evolutivo pelo qual passa a economia mundial no século XXI. Evolução em que a atividade empresarial é protagonista.

Apesar de, o empreendedorismo e seu impacto no crescimento de países e regiões serem frequentemente pauta de debates acadêmicos e políticos, os conceitos atribuídos a esse tema são subjetivos e variados. Stephens e Partridge (2011) acreditam que decisores políticos assumem o empreendedorismo como força capaz de alavancar o crescimento das comunidades em atraso. O empreendedorismo é uma atividade que envolve tanto a descoberta como a exploração de oportunidades para introduzir novos bens e serviços no mercado, sendo descrito pelo economista Joseph Alois Schumpeter no início do século XX, como uma das mais importantes forças do capitalismo, e o empreendedor inovador como a figura chave para a promoção do desenvolvimento econômico (BENEVIDES, 2002; SHANE, 2003; WONG; HO; AUTIO, 2005).

A literatura econômica por um longo período desconsiderou o empresário de análise mais aprofundada, não por preconceito, mas pela dificuldade de fornecer generalizações sobre um assunto tão heterogêneo e de difícil mensuração. Essa dificuldade fez com que a atividade

empresarial estivesse ausente em modelos econômicos consagrados, como o modelo de crescimento neoclássico de Robert Solow de 1956 (MANKIW, 1997). A contribuição do empreendedor no desenvolvimento econômico está diretamente relacionada com a criatividade na utilização de recursos, à inovação que introduz e pela concorrência no mercado, assumindo riscos, buscando a mudança, reagindo a ela, e explorando-a como sendo uma oportunidade. (SHANE; VENKATARAMAN, 2000; DRUCKER, 2005; FIALHO; FILHO; MACEDO, 2006; BARON; SHANE, 2007).

Levando em consideração sua capacidade de dinamizar a economia, a atividade empresarial é considerada o elo entre os investimentos em novos conhecimentos e crescimento econômico, além de um fator condicionante para o desenvolvimento de países e regiões (AUDRETSCH, 2007; ACS, 2008). Segundo Baron e Shane (2007), o dinamismo dessa atividade estimula a interação entre inovação e o mercado além de elevar o nível de renda através da criação de novos empregos, atuando como uma força positiva na economia. Não surpreende, portanto, o empreendedorismo ter assumido nos últimos cinquenta anos papel importante em debates sobre políticas públicas que objetivam estimular o crescimento econômico. Este processo é amplamente reconhecido no meio acadêmico, e na esfera política como atividade impulsionadora da competitividade e geração de empregos (SPENCER; KIRSCHHOFF; WHITE, 2008; SHANE, 2009).

No início dos anos pós-segunda-guerra a atividade econômica foi organizada em grande escala, grandes corporações eram vistas como o motor do progresso econômico e tecnológico, e as novas e pequenas empresas eram criticadas por autoridades, pela sua incapacidade de sustentar a concorrência contra as grandes empresas (AUDRETSCH; KEILBACH, 2004; MOWERY, 2005; AUDRETSCH; BECHMANN, 2007). No entanto, nas últimas décadas a política de empreendedorismo surgiu como uma nova estratégia de política econômica, em que a formação empresas é vista como instrumental para o dinamismo e crescimento da economia, além de fonte de geração de emprego e renda (VAN STEL; CARRE; THURIK, 2005; MOWERY, 2005; AUDRETSCH; BECHMANN, 2007). Para Thurik *et al.* (2004), a intensificação da concorrência global e as mudanças de caráter tecnológico tiveram efeito direto no redirecionamento do perfil empresarial levando a atividade econômica a afastar-se das grandes corporações e concentrar-se nas pequenas empresas na década de 1970 e 1980.

2.2 Capital empresarial

A célebre expressão “destruição criadora” foi utilizada por Joseph Schumpeter para caracterizar a dinâmica capitalista. Schumpeter (1961), afirma que o capitalismo é constituído do processo de destruição criativa e toda empresa capitalista deve se adaptar a ele para sobreviver. A destruição criativa revoluciona a estrutura econômica, destruindo o antigo e criando elementos novos. Machado (2007), explica que em sua teoria dos fluxos circulares Schumpeter faz a interligação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, e que esse é resultado da criação inovadora gerada por empreendedores. Isto é, ela fecha empresas sem agilidade para acompanhar as mudanças e promove as empresas inovadoras com o chamado empreendedorismo de alto impacto. Esse tipo de empreendedorismo é fundamentalmente o que responde as oportunidades para o mercado, orientando os agentes econômicos para as novas tecnologias e novas preferências dos clientes, trazendo invenções que geram riqueza e crescimento (MACHADO, 2007; ACS, 2008).

Em 1956 utilizando-se da função de produção neoclássica, Robert Solow foi pioneiro com seu modelo de crescimento econômico, em que demonstrou que o produto *per capita* é uma função crescente da razão entre o capital e o trabalho, chamado de Modelo de Crescimento Neoclássico, (MANKIWI, 1997; CANEVER; CARRARO; KOHLS, 2010; ACS *et al.* 2011). A pesquisa de Solow inspirou uma geração subsequente de economistas a aplicar o seu quadro de contabilidade do crescimento com base no modelo da função de produção vinculando várias medidas de capital físico e trabalho para o crescimento econômico. Porém, Romer (1986), numa abordagem crítica ao modelo de Solow, adicionou aos fatores tradicionais uma variável antes inexistente no modelo, o conhecimento, passando a ser considerada uma variável explicativa do crescimento econômico. Dessa forma, o autor, desenvolveu a teoria do crescimento endógeno, na qual destaca o papel do investimento em capital humano, em educação e em Pesquisa e Desenvolvimento, para explicar o crescimento econômico.

Para Audretsch (2007), incluindo o transbordamento do conhecimento em modelos de crescimento mudou-se o foco da política para o conhecimento, tornando-o, particularmente, potente em termos de impacto no crescimento quando em comparação com os fatores tradicionais de capital físico e trabalho. Outro aspecto levantado por Audretsch (2007) é que, o empreendedorismo entendido como sendo a capacidade dos agentes econômicos gerarem novas empresas, deveria ser incluído nos modelos de crescimento econômico por meio da

explicitação de uma nova forma de capital: o capital empresarial. Esse capital envolve aspectos como a aceitação social e avaliação do comportamento empreendedor, juntamente com atitude de risco. Portanto, o capital empresarial reflete diferentes fatores legais, institucionais e sociais, que tomados em conjunto constituem e moldam a capacidade empreendedora de uma sociedade.

2.3 A formação de empresas na economia

Após a diminuição do poder econômico das grandes corporações, por volta da década de 1980, houve uma maior atenção voltada às pequenas empresas e sua importância na geração de empregos e desenvolvimento econômico. Dessa forma, verificou-se a tendência entre pesquisadores a utilização da taxa de formação de empresas como medida de empreendedorismo (GARTNER, 1989; AUDRETSCH, 2007; JOHNSON, 2004), o que pode facilitar a inclusão da atividade empresarial em futuros modelos econômicos.

Para Canever et al. (2009) , o impacto da taxa de formação de empresas no desempenho econômico existe, porém, ele não é simples e constante. No trabalho o autor encontra uma relação inicialmente negativa entre as variáveis. Isto significa que altas taxas de formação de empresas são ineficazes para impulsionar o desenvolvimento no curto prazo. Van Stel e Storey (2004), em análise para as regiões britânicas, investigaram a relevância do tempo no impacto da formação de empresas no crescimento econômico. Eles confirmaram que a taxa de crescimento regional está positivamente moldada pela formação de novas empresas de períodos anteriores. Já Koster (2011), leva em consideração os diferentes tipos de formação de novas empresas considerando que a mesma tem impactos variados na geração de emprego regional.

No âmbito espacial diferenças econômicas, culturais ou até mesmo demográficas fazem com que uma população seja mais ou menos empreendedora do que outra. Para Aschcroft *et al.* (2007), a variação regional nas taxas de formação de empresas pode ser um reflexo das diferenças de vantagem competitiva regional. Quanto às condições econômicas Feldman (2001) acredita que, capital social de apoio, capital de riscos e serviços de apoio empresarial, bem como universidades e centros de pesquisa, estão entre os principais mecanismos que refletem o sucesso do estabelecimento de uma cultura empresarial construída pelas ações dos empresários pioneiros.

Segundo Audretsch e Keilbach (2004), a criação de novas oportunidades tecnológicas por meio de P & D aumenta diretamente o desempenho econômico das regiões. Acs (2006) afirma que, para empreendedores em potencial a decisão de iniciar um negócio é influenciada por condições de enquadramento no ambiente de negócios, tais condições incluem a capacidade de um país incentivar a criação de empresas. O autor acredita que, quando combinadas com sucesso, estas condições levam ao aumento da taxa de inovação e a concorrência no mercado.

2.4 Empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo passou a ser um importante aliado para a dinâmica econômica brasileira na década de 1990, tanto em nível nacional como no âmbito regional, elevando a renda através da geração de empregos. Sebrae e Dieese (2010), apontam que o histórico empresarial brasileiro foi marcado nas últimas décadas pela reação rápida e criativa de micro e pequenas empresas às mudanças e à desvantagem diante da supremacia dos recursos das grandes corporações. Greco *et al.* (2010), considera que o empreendedorismo ganhou força no país na década de 1990 com a abertura da economia, sendo o termo empreendedor até então praticamente desconhecido e a criação de pequenas empresas encontrava barreiras nas dificuldades econômicas que o país enfrentava.

No final da década de 1990 e começo dos anos 2000, a iniciativa empreendedora foi assumida como alternativa por muitos trabalhadores que de alguma maneira foram excluídos do mercado de trabalho formal, ou por necessidade de sobrevivência, ou na busca de melhoria da qualidade de vida, ou então no sonho de ter seu próprio negócio. Os micro e pequenos empreendimentos assumiram papel significativo na geração de postos de trabalho, visto que concentraram-se nos setores do comércio e serviços, apresentando indicadores positivos imediatos elevando o padrão de distribuição de renda do país (SEBRAE; DIEESE, 2010).

Como verificado em outros países, no Brasil não há evidências de preconceito em relação a essas empresas em décadas anteriores. Porém, em anos recentes há tendência por parte dos governos em melhorar o atendimento para as micro e pequenas empresas devido a importância dessas para o desempenho econômico do país. Segundo Sebrae e Dieese (2010),

as micro e pequenas empresas (MPEs) respondem por 98% das empresas, 67% das ocupações e 20% do PIB.

De acordo com Greco *et al.* (2011), a TEA média brasileira de 2002 a 2010 é de 13,38% contra uma TEA média dos demais países participantes do GEM, de apenas 5,8%. Isso reforça que o Brasil é um país de alta capacidade empreendedora e que na média entre 2002 e 2010 o brasileiro foi 77,6% mais empreendedor que os demais países. Apesar dos bons números apresentados pelo GEM em relação ao empreendedorismo no Brasil, as desigualdades regionais fazem com que a atividade empresarial seja mais acentuada em algumas do que em outras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As unidades espaciais analisadas neste trabalho serão as cinco macrorregiões brasileiras conforme a divisão política determinada pelo IBGE, as quais são apresentadas no quadro 1:

Quadro 1: Divisão política Brasileira

Macrorregiões	Unidades Federativas
Sul	Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná
Sudeste	Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo
Centro-Oeste	Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás
Norte	Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins
Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe

Fonte: IBGE, 2012

3.1 Base de dados

A pesquisa foi realizada através de dados secundários, os quais segundo Malhotra (2006), são coletados para objetivos que não os do problema em pauta. A base de dados utilizada foi o número de unidades locais disponibilizados pelo IBGE. Esse número refere-se ao valor absoluto de estabelecimentos registrados em cada município em 31 de dezembro do ano de referência da pesquisa.

Unidade local refere-se ao espaço físico, geralmente uma área contínua, na qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa. Fazem parte do banco de dados, os estabelecimentos que contém pelo menos um empregado registrado no programa nacional de seguridade social (IBGE, 2012).

A pesquisa utiliza como dados somente o número de empresas, não levando em consideração o seu tamanho, ou qualquer outra característica. Portanto, esses dados reportam o número absoluto de empresas, considerando todos os setores da economia. Os dados fornecem uma medida líquida da formação de novas empresas, das quais já foram descontadas as empresas que fecham das que nascem anualmente.

Embora o IBGE refira-se a essa base de dados como “unidades locais”, essa pesquisa usará a terminologia “empresas” para indicar que o foco da pesquisa é a formação de negócios. A partir dos dados coletados foi possível estimar a taxa média de formação de empresas para os 27 estados, e conseqüentemente para as cinco macrorregiões do país.

3.2 Taxa ecológica de formação de empresas – Fr

As regiões de um determinado país normalmente possuem potenciais econômicos diferentes. Portanto, segundo Fritsch (1997), o número absoluto de novas empresas não pode ser considerado indicador significativo para comparações inter-regionais de formação de novas empresas, para isso uma taxa de formação deve ser determinada.

Dessa forma, essa pesquisa propõe-se mensurar o empreendedorismo através da taxa de formação de novas empresas, que será calculada pelo método ecológico (*Fr*). Segundo Johnson (2004), esse método relaciona a formação de novas empresas ao estoque de empresas

já existente em uma localidade utilizando como denominador o estoque de empresas existentes no ano anterior àquele da taxa estimada. Algebricamente utiliza-se a fórmula 1:

$$Fr = \frac{TE_r - TE_{r-1}}{TE_{r-1}} \quad (1)$$

Onde:

Fr = taxa de formação de empresas (em inglês: ecological approach)

TE = total de empresas existentes na região r

t = tempo

r = região

Com o auxílio do software Excel foi realizado o cálculo da taxa de formação de empresas aplicando-se os dados na fórmula 1. No primeiro passo desse procedimento foi realizado o cálculo da taxa de formação de empresas para todos os municípios dos vinte e sete estados brasileiros, o segundo passo foi, utilizando as taxas municipais, calcular as taxas médias dos estados. E por último, no terceiro passo, considerando as UFs que compõe cada uma das cinco macrorregiões calculou-se a taxa média regional.

3.3 Procedimentos analíticos

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva que, segundo Souza *et al.* (2002), descreve um fenômeno através de tabelas ou gráficos e analisa as informações contidas nos mesmos, por meio de medidas descritivas, com o objetivo de sintetizar informações. Dessa forma, considerando as tabelas 1-5 e da figura 1, foram realizadas as análises da evolução da atividade empresarial nas cinco macrorregiões brasileiras no período 2007-2009.

4 TAXA MÉDIA DE FORMAÇÃO DE EMPRESAS – FR NAS CINCO MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

As tabelas 1-5 apresentam a taxa de crescimento médio de formação de empresas e o coeficiente de variação percentual para as cinco macrorregiões de acordo com o número de municípios de cada uma.

Tabela 1 - Fr – Região Sul - Brasil – 2007-2009

Macrorregião	UF	Nº. Mun.	2007		2008		2009	
			Média	CV.%	Média	CV.%	Média	CV.%
Sul	PR	399	0,038	487	0,041	498	0,078	267
	RS	496	0,035	514	0,021	698	0,044	374
	SC	293	0,046	338	0,057	468	0,037	376
Total	3	1188	0,039	14	0,039	45	0,053	41

Fonte: elaborado pelo autor

A região Sul, composta por três UFs, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é a terceira em número de municípios e a menor região em extensão territorial. Essa região apresenta os melhores indicadores sociais do país, as menores taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, além de ser responsável por 16,6% do produto interno bruto nacional (FRANCISCO, 2012; IBGE, 2012). Porém, quando se trata do crescimento da atividade empresarial, os dados dessa pesquisa remetem a uma realidade diferente. Durante o período analisado, pode-se verificar que apenas em 2007 essa região não ocupou a última colocação em formação de empresas entre as cinco regiões. Quanto à análise do coeficiente de variação observam-se altos índices sugerindo a existência de grandes variações nas taxas de formação de empresas entre os municípios nos três estados da região. No entanto, na análise regional o coeficiente de variação é menor, sugerindo que a taxa média de formação de empresas varia pouco entre os estados. Considerando os três estados, o Rio Grande do Sul apresentou a média mais baixa, pois, dos três anos estudados, em dois, ocupou o último lugar. Já Santa Catarina ocupou o primeiro lugar em dois anos, apresentando assim a média mais alta da região.

Tabela 2 - Fr – Região Sudeste - Brasil – 2007-2009

Macrorregião	UF	Nº.Mun.	2007		2008		2009	
			Média	CV. %	Média	CV. %	Média	CV.%
Sudeste	ES	78	0,036	376	0,056	295	0,063	179
	MG	853	0,041	408	0,021	769	0,093	204
	RJ	92	0,013	729	0,049	253	0,018	520
	SP	645	0,047	376	0,130	251	0,260	216
Total	4	1668	0,034	43	0,064	73	0,108	97

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo IBGE (2012), a região sudeste, com quatro UFs, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo é a segunda menor região do país, a mais urbanizada e a que apresenta o maior índice (ou taxa) de industrialização, sendo responsável por 56,4% do PIB nacional. O sudeste possui quatro unidades federativas e é a região com o maior número de municípios. Quanto à formação de empresas, essa região apresentou no período analisado uma trajetória ascendente, dessa forma: no ano de 2007 ficou na última colocação, em 2008 ocupou a penúltima colocação entre as regiões, porém com acentuado crescimento em relação ao ano anterior. Em 2009 passou à segunda no ranking das macrorregiões mais empreendedoras, praticamente empatada com a região Norte, a qual apresentou a maiores taxas médias de formação de empresas entre as regiões. Analisando-se os estados dessa região, o estado de São Paulo foi o que apresentou as maiores taxas de formação de empresas nos três anos analisados. Já o estado do Rio de Janeiro apresentou em dois anos as menores taxas médias, ocupando a última colocação na região.

Tabela 3 - Fr– Região Centro-oeste - Brasil – 2007-2009

Macrorregião	UF	Nº.Mun.	2007		2008		2009	
			Média	CV. %	Média	CV. %	Média	CV. %
Centro-oeste	DF	1	0,079	0	0,086	0	0,067	0
	GO	246	0,091	207	0,070	281	0,085	217
	MS	78	0,023	804	0,055	336	0,065	240
	MT	141	0,081	253	0,079	265	0,076	253
Total	4	466	0,069	45	0,073	18	0,073	12

Fonte: elaborado pelo autor

A região Centro-Oeste, assim como a região Sudeste possui quatro UFs, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso é segunda maior região do país em extensão territorial, porém, apresenta inversamente à sua extensão, o segundo menor número de municípios. No que diz respeito à atividade empresarial pode-se concluir, através dos dados apresentados, que a região Centro-Oeste conseguiu manter certo equilíbrio na taxa média de formação de empresas em comparação as outras regiões no mesmo período. Os estados da região Centro-Oeste apresentaram alta variabilidade na taxa de formação de empresas. No entanto, na análise global, a região foi a que apresentou a menor variação percentual na formação de empresas nos dois últimos anos analisados, o que nos leva a acreditar que houve certa homogeneidade na formação de empresas dentro da região. A região possui quatro unidades federativas, e dentre essas, o Mato Grosso do Sul é o estado que apresentou as menores taxas de formação de empresas nos três anos da série. E, o estado de Goiás apresentou as maiores taxas em dois anos da série, sendo o estado com os melhores resultados da região Centro-Oeste.

Tabela 4 - Fr – Região Norte - Brasil – 2007-2009

Macrorregião	UF	Nº.Mun.	2007		2008		2009	
			Média	CV.%	Média	CV.%	Média	CV%
Norte	AC	22	0,219	215	0,219	221	0,038	635
	AM	66	0,190	306	0,221	192	0,168	237
	AP	16	0,056	384	0,134	165	0,058	308
	PA	143	0,137	228	0,066	403	0,140	211
	RO	52	0,117	193	0,004	440	0,131	206
	RR	15	0,008	369	0,115	128	0,016	580
	TO	139	0,085	276	0,015	134	0,170	211
Total	7	453	0,116	63	0,111	79	0,103	62

Fonte: elaborado pelo autor

A região Norte, a maior em extensão territorial, é a que possui o menor número de municípios, visto que é uma região de ocupação recente. Esta região é composta por sete UF, Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Conforme IBGE (2012), com participação de aproximadamente 5% no PIB brasileiro, a região apresenta a menor contribuição entre todas as regiões do país. Em termos de empreendedorismo, a região Norte foi a que apresentou a maior média. Nos dois primeiros anos ficou em primeiro lugar, e em 2009 ocupou a terceira posição dentre as cinco regiões. No entanto, é a única região que

apresentou nos três anos consecutivos decréscimo na taxa de formação de empresas. Essa região é composta por sete estados, dentre esses, o estado do Amazonas foi o que apresentou a melhor colocação dentro da região, pois em dois anos da série ocupou o primeiro lugar na taxa de formação de empresas. Em contrapartida, Roraima apresentou taxas muito baixas ficando com a última posição na região. Além das grandes variações entre os municípios, também se observa entre os estados dessa região alta variabilidade na formação de empresas, isso quer dizer que existem dentro da região cidades com altas taxas de empreendedorismo, e outras com taxas ínfimas ou até mesmo negativas.

Tabela 5 - Fr – Região Nordeste - Brasil – 2007-2009

Macrorregião	UF	Nº.Mun.	2007		2008		2009	
			Média	CV.%	Média	CV.%	Média	CV.%
Nordeste	AL	102	0,069	370	0,177	133	0,145	150
	BA	417	0,056	594	0,044	491	0,079	253
	CE	184	-,038	-595	0,090	472	0,113	209
	MA	217	0,121	246	0,057	558	0,171	222
	PB	223	0,135	212	0,044	509	0,077	321
	PE	185	0,062	318	0,059	346	0,098	249
	PI	224	0,004	651	0,087	355	0,126	237
	RN	167	0,080	245	0,050	385	0,090	203
	SE	75	0,126	253	0,036	524	0,128	181
Total	9	1794	0,068	83	0,071	61	0,114	27

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo IBGE (2012), o nordeste é dividido em nove UFs, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta região é considerada a mais pobre, com mais da metade de sua população vivendo na pobreza. No entanto, assim como a região Sudeste, porém não tão acentuada, o nordeste apresentou uma trajetória de ascensão na formação média de empresas no período analisado. Essa região é a maior em número de estados, com sete unidades e também em número de municípios. Na análise dos dados estaduais observa-se o estado de Alagoas como estado com o melhor desempenho entre os estados da região Nordeste, e o Ceará com as piores taxas da região no

período, sendo esse, o único estado do Brasil que apresentou taxas negativas para a formação de empresas, ou seja, o número total de empresas em 2007 foi menor do que no ano de 2006.

Para uma melhor visualização do comportamento desses dados elaborou-se a figura 1 utilizando a taxa média de formação de empresas das cinco regiões objeto desse estudo.

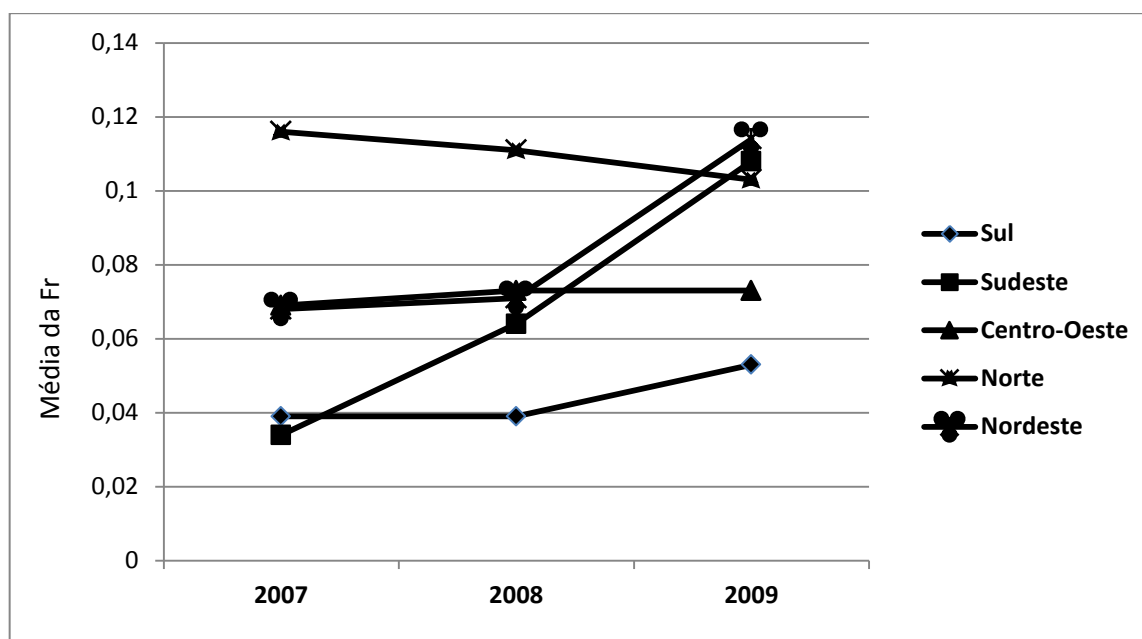


Figura 1 – Fr Macrorregiões brasileiras; 2007-2009

Fonte: elaborado pelo autor

Na análise da figura 1, observa-se nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, comportamentos similares nos três anos estudados, apesar de apresentarem patamares diferentes na formação de empresas, ou seja, com pouca variabilidade no longo do período analisado. Já as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram uma maior variação. O Nordeste apresentou variação acentuada no período 2008-2009, já na região Sudeste o aumento nas taxas de formação de empresas foi visualizado em todo o período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Medir o empreendedorismo não é tarefa fácil, levando em consideração as múltiplas facetas que o tema pode incorporar. No entanto, parece haver consenso entre pesquisadores e formuladores de política pública sobre a grande importância da atividade empresarial para o desempenho econômico de uma região.

O Brasil é um país de muitas desigualdades regionais, e a análise dos resultados apresentados na sessão anterior, referentes às taxas de formação de empresas é um elemento que se soma a essa afirmação. A região Sul do país, considerada a região mais desenvolvida em termos de indicadores socioeconômicos apresentou a menor taxa de formação de empresas no período 2007-2009, ficando atrás até mesmo de regiões tradicionalmente menos desenvolvidas e mais pobres com as regiões Norte e Nordeste. Essa análise leva à reflexão sobre os motivos que levaram essa região com indicadores socioeconômicos tão altos a um desempenho desfavorável na formação de empresas em relação às demais regiões do país.

A região norte é considerada uma região economicamente pobre contribuindo com apenas 5% do PIB nacional. Em contraposição, os dados indicam para essa região as maiores taxas médias de formação de empresas considerando-se o período analisado, apesar de ser a única região a apresentar decréscimo das taxas em todo o período.

Apesar da relevância deste estudo, existem limitações, tais como: o número de unidades locais somente contabiliza as empresas que estão em atividade, desconsiderando as empresas que abriram e fecharam entre um ano e outro. Outra limitação é o curto período analisado, pois, os dados disponíveis pelo IBGE são apenas para os anos 2006-2009. Esta limitação impossibilita uma análise por um período maior.

Estudos sobre empreendedorismo devem receber atenção constante por formuladores de políticas de fomento à atividade empresarial e desenvolvimento regional. No entanto, os resultados desse trabalho apresentam limitações, e não devem ser tomados como justificativa para promover políticas públicas de fomento ao empreendedorismo sem a elaboração de uma análise adicional, sugerindo-se assim, oportunidades para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACS, Z. J. How Is Entrepreneurship Good for Economic Growth? **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 1, n. 1: 97-107, 2006.

_____. Foundations of High Impact Entrepreneurship. **Foundations and Trends in Entrepreneurship**, v. 4, n. 6: 537-620, 2008.

ACS, Z. J. et al. Growth and entrepreneurship. **Small Business Economics**, 2011.

ASHCROFT, B. PLOTNIKOVA, M. RITCHIE, D. New Firm Formation in British Counties: Comparing the 1990s with the 1980s. In: CENTRE FOR PUBLIC POLICY FOR REGIONS. Glasgow: University of Glasgow, 2007. Disponível em: <http://www.cppr.ac.uk/media/media_13661_en.pdf>. Acesso 03 abr. 2012.

AUDRETSCH, D. B. Entrepreneurship Capital and Economic Growth. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 23, n. 1: 63–78, 2007.

AUDRETSCH, D. B.; BECHMANN, I. A. M. From small business to entrepreneurship policy. In: AUDRETSCH, D. B.; GRILO, I; THURIK, A. R. **Handbook Of Research On Entrepreneurship Policy**, p. 36-53, 2007.

AUDRETSCH, D. B.; FRITSCH, M. Growth Regimes over Time and Space. **Regional Studies**, v. 36, n. 2: 113-124, 2002.

AUDRETSCH, D. B.; KEILBACH, M. Entrepreneurship Capital: Determinants and Impact, on Regional Economic Performance. **Oxford Review of Economic Policy**, 2004.

BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BENEVIDES, S. **Empreendedorismo**: assim se faz o futuro. Brasília: Rumos, 2002.

BOSMA, N.; WENNEKERS, S.; AMORÓS, J. E. 2011 Extended Report: Entrepreneurs and Entrepreneurial Employees Across the Globe. Global Entrepreneurship Monitor, 2012.

BRUNO, R. L.; BYTCHKOVA, M.; ESTRIN, S. Institutional Determinants of New Firm Entry in Russia: A Cross Regional Analysis. **Institute for the Study of Labor (IZA)**, n. 3724, 2008.

CANEVER, M. D. et al. Taxa de formação de empresas e regeneração econômica: o caso do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/102.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

CANEVER, M. D.; CARRARO, A.; KOHLS, V. K. **Empreendedorismo no Rio Grande do Sul, Brasil**: os determinantes e conseqüências para o desenvolvimento municipal. **Revista de Economia e Sociologia Rural – RESR**. Piracicaba, v. 48, n. 01, 2010.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (Entrepreneurship)**: prática e princípios. Tradução de Carlos Maferrari. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

FELDMAN, M. P. The entrepreneurial event revisited: Firm formation in a regional context. **Industrial and Corporate Change**, v. 10, n. 4, 2001.

FIALHO, F. A. P.; FILHO, G. M.; MACEDO, M. **Empreendedorismo na Era do Conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

FRANCISCO, W. C. **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

FRITSCH, M. New Firms and Regional Employment Change. **Small Business Economics**, v.9: 437-448, 1997.

GARTNER, W. B. Some Suggestions for Research on Entrepreneurial Traits and Characteristics. **Entrepreneurship Theory & Practice**, v. 14, n. 1; 27-37, 1989.

GRECO, S. M. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil**: 2010. Curitiba: IBQP, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

JOHNSON, P. Differences in Regional Firm Formation Rates: A Decomposition Analysis. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 28, n. 5: 431-446, 2004.

KOSTER S. Individual foundings and organizational foundings: their effect on employment growth in The Netherlands. **Small Business Economics**, v. 36, n. 4: 485-501, 2011.

MACHADO, L. **Grandes Economistas XII**: Schumpeter - o empreendedorismo e a destruição criativa. Conselho Federal de Economia, 2007. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=916>. Acesso em: 13 mar. 2012.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAMEDE, R. R. Entrepreneurship and Economic Development: How Can Entrepreneurial Activity Contribute to Wealth Distribution. In: III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA, 2004, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2004.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1997.

MIRAYAGA, J; PEREIRA, M. C. A. Mapa da distribuição espacial da renda no Brasil. Conselho Federal de Economia – COFECON. Comissão de Desenvolvimento Regional. 3.ed., 2011.

MOWERY, D. C. The Bayh–Dole Act and high-technology entrepreneurship in U.S. universities: chicken, egg, or something else? In: ELLER CENTER CONFERENCE ON ENTREPRENEURSHIP EDUCATION AND TECHNOLOGY TRANSFER. Arizona: University of Arizona, 2005. Disponível em: <http://entrepreneurship.eller.arizona.edu/docs/conferences/2005/colloquium/D_Mowery.pdf>. Acesso 25 fev. 2012.

ROCHA, H. O.; STERNBERG, R. Entrepreneurship: The Role of Clusters Theoretical Perspectives and Empirical Evidence from Germany. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3, 267–292, 2005.

ROMER, P. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n.5: 1002-1037, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa - 2009**, 3.ed. São Paulo, Brasília: 2010.

SHANE, S. **A general theory of entrepreneurship**: the individual – opportunity nexus. New horizons in entrepreneurship series, 2003.

SHANE, S. Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy. **Small Business Economic**, v. 33, n. 2; 141-149, 2009.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The Promise of Entrepreneurship as a Field of Research. **The Academy of Management Review**, v. 25, n. 1; 217-226, 2000.

SOUZA, A. M. LOPES, L. F. D. ZANINI, R. R. Estatística Descritiva. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Estatística, Santa Maria, 2005.

SPENCER, A. S.; KIRSCHHOFF B. A.; WHITE, C. Entrepreneurship, Innovation, and Wealth Distribution: The Essence of Creative Destruction. **International Small Business Journal**, v. 28, n. 9; 9-26, 2008.

STEPHENS, H. M.; PARTRIDGE M. D. Do Entrepreneurs Enhance Economic Growth in Lagging Regions? **Growth and Change**, v. 42, n. 4; 431-465, 2011.

TIMMONS, J; SPINELLI, S. **New venture creation**: entrepreneurship for the 21st century. 6.ed. Boston: Irwin McGraw Hill, 2004.

THURIK, R.; WENNEKERS, S. Entrepreneurship, small business and economic growth. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 11, n. 1; 140-149, 2004.

VAN STEL, A. STOREY, D. The link between firms births and job criation: is there a Upas tree effect? **Regional Estudios**, v. 38, n. 8; 893-909, 2004.

VAN STEL, A. J.; CARRE, M. C.; THURIK, R. A. The Effect of Entrepreneurial Activity on National economic Growth. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3; 311-321, 2005.
WONG, P. K.; HO, Y. P.; AUTIO, E. Entrepreneurship, Innovation and Economic Growth: Evidence from GEM data. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3; 335-350, 2005.

ENTREPRENEURSHIP AND RATE OF FORMATION NEW FIRM: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN REGIONS

Abstract

Entrepreneurship is considered the major economic paradigm since the mid-twentieth century. However, it is a complex issue, there is no consensus among researchers mainly from their measurement. This research will measure entrepreneurship by calculating the average rate of formation of companies of Brazilian regions, and through it, to evaluate the performance of the regions in the period 2007-2009. This paper proposes to measure the rate of ecological entrepreneurship through training companies, using as an object of study, the five Brazilian regions. As for the database search was used the number of local units provided by IBGE. For data analysis used the descriptive statistics. It was observed in the results is pronounced variability in the rate of formation of companies within the states. In the analysis the regional variation is observed, but at a lower intensity. We conclude therefore that the North recognized for their low social and economic performance had the highest rates of business formation, and the South, traditionally well structured in terms of socio-economic indicators, obtained the lowest rates of business formation period analyzed.

Key-words: Entrepreneurship; rate of formation of companies; venture capital

ARTIGO 2

EMPREENDEDORISMO E A DINÂMICA DO EMPREGO NO BRASIL

ENTREPRENEURSHIP AND EMPLOYMENT DYNAMICS IN BRAZIL

Resumo:

O dinamismo da atividade empresarial é comumente associado à variação no número de empregos em uma economia, tanto por formuladores de políticas públicas quanto pela população em geral. Este trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre o empreendedorismo e a variação no emprego, no Brasil como um todo, e nas cinco regiões no período 2007-2010. A taxa de formação de empresas – TFE, utilizada como medida de empreendedorismo, e a variação no emprego – VEMP foram as variáveis analisadas no trabalho. Para análise dos dados foram realizados os testes de correlação de Spearman e Análise de Variância de Friedman – ANOVA, além da estatística descritiva. No Brasil, identificou-se correlação positiva e significativa entre as variáveis nos anos de 2008 e 2010. Na análise de variância percebeu-se que a variação da formação de empresas e do emprego no Brasil foi significativa ao longo do tempo. Na análise regional identificou-se na região Norte diferença significativa, porém negativa entre as variáveis. Revelando assim, uma relação inversa entre o empreendedorismo e a variação no emprego nessa região nos anos 2007 e 2009. Os resultados apontam comportamento heterogêneo e ausência de correlação positiva entre as variáveis em todas as regiões.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Taxa de formação de empresas. Emprego.

Abstract:

The dynamism of business activity is commonly associated with variation in the number of jobs in an economy, both by policy makers and by the general population. This study aims to evaluate the relationship between entrepreneurship and the change in employment in Brazil as a whole, and in the five regions in the period 2007-2010. The rate of formation of companies - TFE, used as a measure of entrepreneurship, and the variation in employment - VEMP were analyzed both work. Data analysis tests were performed Spearman correlation and analysis of variance Friedman - ANOVA, and descriptive statistics. In Brazil, we found a significant positive correlation between the variables in the years 2008 and 2010. In the analysis of variance was noticed that the variation of the formation of companies and employment in Brazil was significant over time. In the regional analysis we identified significant differences in the North, but negative between variables. Thus revealing an inverse relationship between entrepreneurship and employment variation in this region in the years 2007 and 2009. The results show heterogeneous behavior and lack of positive correlation between the variables in all regions.

Keywords: Entrepreneurship. Formation rate. Employment

Introdução

A atividade empreendedora alimenta o processo de destruição criativa descrito pelo economista Joseph Alois Schumpeter no início do século XX, como causadora de distúrbios no sistema econômico em equilíbrio, criando oportunidades de renda. Portanto, a teoria de Schumpeter, prevê que o nascimento de um novo negócio e o êxito empreendedor de uma nação são elementos chave no crescimento econômico. (SCHUMPETER, 1961; JOHNSON, 2004; WONG *et al.* 2005; ACS, 2006). No que se refere ao aspecto regional, a dinâmica empresarial de uma sociedade está diretamente relacionada aos aspectos econômicos, demográficos, culturais e institucionais de cada região. Além disso, a taxa de empreendedorismo nascente também é influenciada pela capacidade de um país incentivar a abertura de empresas, combinada com as habilidades e motivações do agente empreendedor. (BLANCHFLOWER, 2000; WENNEKERS, *et al.* 2005; ACS, 2006).

A Europa, os Estados Unidos e outras regiões industrializadas do globo experimentaram considerável reestruturação industrial nas últimas três décadas, passando de indústrias de fabricação tradicionais para tecnologias novas e mais complexas (ASHCROFT; PLOTNIKOVA; RITCHIE, 2007). Essas reestruturações fizeram com que muitos países, principalmente, da Europa Ocidental apresentassem elevadas taxas de desemprego, e baixo desempenho econômico, o que mobilizou formuladores de políticas públicas a promover a atividade empreendedora como alternativa para reduzir o desemprego e promover o progresso econômico. (BAPTISTA, ESCÁRIA, MADRUGA, 2008; CONGREGADO, GOLPE, CARMONA, 2010).

Assim como para os demais países, no Brasil o desemprego é um problema social e econômico que preocupa a população e os formuladores de políticas públicas. Portanto, encontrar mecanismos de estímulo ao emprego é frequentemente pauta em debates sobre políticas públicas de inserção social. No Brasil, o empreendedorismo ganhou forças e se popularizou a partir da década de 1990 com a abertura da economia (GRECO *et al.* 2011). Antes a criação de pequenas empresas era limitada em função do ambiente político e econômico, nada favorável ao país. Hoje está disseminado no país que o empreendedorismo é fundamental para a geração de riquezas e também um fator importantíssimo na geração de empregos e renda. Segundo Bosma, Wennekers e Amarós (2012), no Brasil 26,9% dos indivíduos entre 18 e 64 anos eram proprietários ou administradores de algum negócio em 2011. Para os autores isto significa que, mais de um quarto da população economicamente ativa do país está envolvida com algum tipo de atividade empreendedora.

Greco *et al.* (2011), acredita que um dos fatos mais evidentes sobre o empreendedorismo é seu impacto na geração de emprego e renda de uma população, principalmente nos países em desenvolvimento. Sobre esse assunto, Barros e Pereira (2008) afirmam que o impacto da atividade empreendedora sobre o desempenho econômico pode ser diferente e dependente do estágio de desenvolvimento do país. Uma maior atividade empreendedora nos países pobres pode ser resultado de elevado desemprego estrutural e baixo desempenho econômico.

Tendo em vista a proliferação da teoria do empreendedorismo nas últimas décadas por ser considerada uma estratégia de política pública de combate ao desemprego, a realização desse trabalho justifica-se pela importância econômica e social do tema e sua relevância para os formuladores de política bem como a sociedade em geral. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo avaliar por meio de testes estatísticos a relação entre a variação na taxa de formação de empresas e a variação na abertura de postos de trabalho no Brasil como um todo e nas cinco regiões do país separadamente, observando o comportamento dessas duas variáveis durante o período analisado de quatro anos, 2007-2010.

Esse trabalho está organizado primeiramente pela introdução, a qual situa o leitor no contexto teórico da pesquisa. Na segunda parte, será abordado o referencial teórico com os temas empreendedorismo e emprego, e suas implicações. Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no trabalho. Após, serão demonstrados os resultados da pesquisa. E, por fim, serão apresentadas as considerações finais do trabalho.

O empreendedorismo para a economia mundial

O século XX foi marcado por transformações no ambiente econômico mundial. Ao longo das décadas governantes e pesquisadores dedicaram esforços na procura de mecanismos eficazes para a solução de problemas como o baixo crescimento econômico e o desemprego. O empreendedorismo representa para o século XXI uma revolução silenciosa, sendo considerado em todo o mundo o motor do desenvolvimento econômico e social, com impacto maior que a Revolução Industrial exerceu sobre o século XX. (AUDRETSCH, 2003; TIMMONS; SPINELLI, 2004)

De acordo com Thurik e Wenekers (2004), já no início do século, em 1912, o economista austríaco Joseph Schumpeter na concepção de sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, enfatizou o empreendedor como o principal agente do crescimento econômico, o qual, utilizando-se das pequenas empresas introduz novos produtos e processos no mercado.

Segundo Passos, *et al.* (2008), no cenário atual de economia globalizada e alta competitividade, a atividade empreendedora tem se mostrado como uma das mais essenciais forças impulsionadoras e estimuladoras de mudanças econômicas. Nesse contexto da realidade multifacetada do termo empreendedorismo, existem contribuições teóricas que apontam o importante papel desempenhado pela atividade empresarial na economia de um país ou região. Dessa forma, o empreendedorismo pode ser definido sob diferentes óticas: Segundo Spencer, Kirschhoff e White (2008), Schumpeter associou o empreendedorismo à mudança histórica ocorrida no processo econômico em que, as inovações introduzidas por empresários baseavam-se no bom desempenho e não em melhores preços. Portanto, grandes firmas que dominavam o mercado existente perderam espaço para os novos empreendedores independentes e inovadores. Ou então, Gartner (1989), que simplesmente associa empreendedorismo à entrada de novas empresas no mercado.

Até meados do século XX a atividade econômica foi organizada em grande escala, e as atenções eram voltadas principalmente às grandes corporações por serem vistas como as principais responsáveis pelo desempenho econômico das nações. No entanto, a partir da segunda metade do século, o empreendedorismo em pequenas empresas surgiu como uma nova estratégia de política econômica com objetivo de estimular a geração de empregos e o crescimento econômico. (BIRSCH, 1979; AUDRETSCH, 2007; ASHCROFT; PLOTNIKOVA; RITCHIE, 2007). Na visão de Nassif, Ghobril e Amaral (2009), a formação de novas empresas continua desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento de políticas regionais em todo o mundo.

O empreendedorismo e sua contribuição para o emprego

O estudo empírico de Birsch (1979) sobre os efeitos da formação de novas empresas no crescimento econômico foi pioneiro, e representou um divisor nas pesquisas sobre a influência da atividade empresarial em pequenas e médias empresas no emprego e, conseqüentemente, no desempenho econômico de uma nação. Em seu trabalho o autor afirma que estas empresas eram a principal fonte de geração de emprego e renda da economia americana, as quais contribuía significativamente para o crescimento econômico.

É sensato acreditar que a entrada de novas empresas em determinada região, contribua para o desenvolvimento local, aumentando o número de empregos. Esse processo mobiliza tanto pesquisadores quanto autoridades políticas que acreditam que o estímulo à abertura de novas empresas pode se tornar um caminho promissor para o crescimento econômico, pois,

contribui diretamente com o aumento do número de empregos. (BIRSCH, 1979; BAPTISTA, ESCÁRIA, MADRUGA, 2008).

Apesar dos estudos existentes na literatura sobre a contribuição das novas empresas para o crescimento da taxa de emprego, Birsch (1979), considerava que existiam poucas investigações empíricas relevantes sobre o assunto. Koster (2011) afirma que, após o trabalho seminal de Birsch, a pesquisa dedicada à dinâmica das novas e pequenas empresas e seu impacto na geração de empregos floresceu. Porém o autor acredita que, embora a maioria desses estudos encontre relações positivas entre a formação de nova empresa e conseqüente geração de emprego, a relação positiva não é aceita sem debate.

Estudos da relação entre a formação de novas empresas e a criação de emprego encontram evidências ambíguas devido ao lapso de tempo necessário para os principais efeitos da entrada das novas empresas ocorrerem (AUDRETSCH; FRITSCH, 2002; VAN STEL; STOREY, 2004; FRITSCH; MUELLER, 2004). Em sua análise sobre o impacto da formação de novas empresas no crescimento do emprego regional da Grã-Bretanha na década de 1980, Ashcroft e Love (1996), oferecem suporte para a visão de que a formação de empresas esteve fortemente associada com elevação nos níveis de emprego nos países britânicos. No entanto, Acs e Armington (2004), ao analisarem 394 localidades e seis setores industriais dos Estados Unidos, concluíram que o impacto agregado de novas empresas pode ser pequeno, apesar de que, as empresas que sobrevivem ao longo do tempo desempenham um papel importante na criação de emprego.

Fritsch e Mueller (2004) analisaram o impacto da formação de novas empresas no emprego regional na região da Alemanha Ocidental considerando períodos anteriores ou defasagens. Os autores constataram que pode haver efeitos positivos e negativos da formação de novas empresas sobre a mudança no emprego regional, porém, este impacto é bastante modesto no ano em que as novas empresas são fundadas, podendo ser negativo dos primeiros seis ou sete anos, atingindo o pico do impacto positivo cerca de oito anos após a entrada. Wennekers *et al.* (2005) afirmam que, os determinantes da atividade empresarial são de natureza estrutural, portanto, no curto prazo, a influência das políticas públicas na taxa de empreendedorismo é relativamente modesta.

Utilizando como objeto de análise o nordeste da Inglaterra nos anos 1981-1983, Van Stel (2005) evidenciou que, o aumento nas taxas de formação de empresas está associado ao desemprego no curto prazo, e que somente no longo prazo as taxas de formação de nova empresa podem levar a criação de novos empregos. Para o autor, 1980 foi uma década em que a política nacional Britânica focou no aumento da formação de novas empresas como uma

chave estratégica para criar empregos, o que resultou em aumento no nível de emprego na década seguinte.

No entanto, para Fritsch (1997), a relação entre a formação de novas empresas e a mudança no emprego regional é adequada para questionar a estímulo à abertura de empresas como uma estratégia para a política destinada a promover o crescimento do emprego regional. Incentivar cada vez mais pessoas a abrir seus próprios negócios é uma má política pública, pois, iniciantes e pequenas empresas nem sempre são grandes geradoras de postos de trabalho. (FRITSCH, 1997; SHANE, 2009).

A evolução empreendedora no Brasil

A década de 1990 foi marcada por grandes transformações de cunho político-econômico desencadeando, no final do período, em reformulações na estrutura empresarial brasileira. Não diferentemente dos países desenvolvidos, no Brasil, micro e pequenos empreendimentos passaram a desempenhar papel fundamental para a economia nas últimas décadas, através da criação de empregos, elevação da renda e desenvolvimento sócio-econômico. Nassif, Ghobril e Amaral (2009) consideram que, o processo acirrado de crescimento e desenvolvimento da economia exigiu dos trabalhadores um diferencial para se tornarem empregáveis. Já para as empresas, essa exigência gira em torno da manutenção ou dispensa de empregos. A dificuldade de reinserção no mercado de trabalho aliado à popularidade e incentivos a micro e pequenas empresas desencadearam na década de 2000 o aumento no número de pequenos empreendimentos, contribuindo assim, para que o Brasil se destacasse no cenário econômico como um país de população empreendedora.

Conforme Greco *et al.* (2012), um dos fatos mais evidentes sobre o empreendedorismo é seu impacto na geração de emprego e renda de um país, principalmente nos países em desenvolvimento. O relatório aponta ainda que, em 2011 no Brasil, 26,9% dos indivíduos adultos da população economicamente ativa eram proprietários ou administradores de algum negócio. Isto significa que mais de um quarto da população brasileira, entre 18 e 64 anos, está envolvida com empreendedorismo o que justifica a importância econômica e social do tema.

A partir do ano 2000, o Brasil passou a destacar-se pela capacidade empreendedora de sua população. A taxa média do período 2001-2011 foi de 13,59%. A menor taxa do período foi registrada em 2005, 11,32% e a maior, em 2010, 17,5%. Conforme Bosma, Wennekers e Amarós (2012), em 2011 a TEA brasileira foi de 14,9%, o que fez o país ocupar a 12ª posição entre os 54 países pesquisados, indicando um declínio, em relação ao ano anterior.

Bosma, Wennekers e Amarós (2012) acreditam que, no Brasil, o número de pessoas que iniciam um negócio obedece a certa regularidade, independentemente da situação política ou econômica do país. Porém, o contexto no qual a empresa está inserida torna-se mais influente à medida que o tempo passa, fazendo com que as empresas melhores estruturadas sobrevivam, contribuindo assim de maneira direta na geração de empregos.

Metodologia

As unidades de análise desse estudo são: O Brasil como um todo, considerando as 27 unidades federativas – UFs, e as cinco regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte e Nordeste. O número de unidades locais, disponibilizado na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi utilizado no cálculo da taxa de formação de empresas. A disponibilidade desses dados é apenas para o período 2007-2010, limitando a pesquisa a este período. Já os dados da taxa de variação relativa no número de empregos foram coletados da base da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2007, 2008, 2009 e 2010). A RAIS é um registro administrativo, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão-de-obra, prestar subsídios ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal.

Nesse estudo, a variável referente à atividade empreendedora é a Taxa de Formação de Empresas – TFE que será calculada pelo método ecológico. A abordagem ecológica relaciona o número de novas empresas ao número de estabelecimentos já existentes na respectiva região, no ano anterior àquele da taxa estimada. Nesse caso, a taxa de entrada pode ser vista como um indicador de fertilidade (daí a origem do nome ‘abordagem ecológica’) da população de estabelecimentos comerciais na região. (FRITSCH, 1997; JOHNSON, 2004; SUTARIA; HICKS, 2004). As regiões de um determinado país normalmente possuem potenciais econômicos diferentes. Portanto, segundo Fritsch (1997), o número absoluto de novas empresas não pode ser considerado indicador significativo para comparações inter-regionais de formação de novas empresas, para isso uma taxa de formação das mesmas deve ser determinada

Algebricamente utiliza-se a fórmula 1:

$$TFE_r = \frac{TE_{tr} - TE_{tr-1}}{TE_{tr-1}} \quad (1)$$

Onde:

TFE_r = taxa de formação de empresas (em inglês: ecological approach)

TE = total de empresas existentes na região r

t = tempo

r = região

O cálculo da taxa de formação de empresas foi realizada por meio de planilha Excel aplicando-se os valores à fórmula 1. Primeiramente, foi realizado o cálculo da taxa de formação de empresas para todos os municípios dos vinte e sete estados brasileiros. Através das taxas municipais, foram calculadas as taxas médias dos estados. E, por fim, as taxas médias estaduais foram utilizadas para o cálculo das taxas médias regionais.

A segunda variável utilizada é a taxa de variação do emprego - VEMP. Esta variável diz em quanto aumentou ou diminuiu o número de empregados em determinado período, em relação ao período anterior. A decisão de não utilizar valores absolutos foi devido às características heterogêneas de cada estado brasileiro.

A análise gráfica foi utilizada para que se possa visualizar de maneira clara o comportamento das variáveis TFE e VEMP no período 2007- 2010, tanto no Brasil, como este desmembrado em regiões. Foi utilizada a análise descritiva: média, desvio-padrão e coeficiente de variação. A análise dos dados foi realizada com o auxílio do software *Statística 9.1*. Todas as análises estatísticas utilizadas nesse trabalho consideram o nível de significância $\alpha=5\%$.

Neste trabalho a análise dos resultados foi dividida em duas partes. Primeiramente, foram analisadas as variáveis TFE e VEMP nas vinte e sete unidades federativas do Brasil considerando o país como um todo. Na segunda parte a análise foi realizada considerando as cinco regiões brasileiras, conforme divisão política definida pelo IBGE. Após o teste de normalidade foi possível certificar-se que os dados não apresentam normalidade. Portanto, na análise dos resultados foram utilizados os testes de estatística não-paramétrica, Correlação de Spearman com o objetivo de identificar correlação estatisticamente significativa entre as duas variáveis, e a ANOVA (Friedman) para verificar se há diferença estatisticamente significativa entre os valores ao longo dos anos.

Para realizar as comparações entre os anos, utilizou-se Análise de Variância de Friedman – ANOVA, cujas hipóteses a serem testadas serão as seguintes:

Hipótese nula - H_0 : Não há diferença estatisticamente significativa entre a variação dos anos de 2007 a 2010.

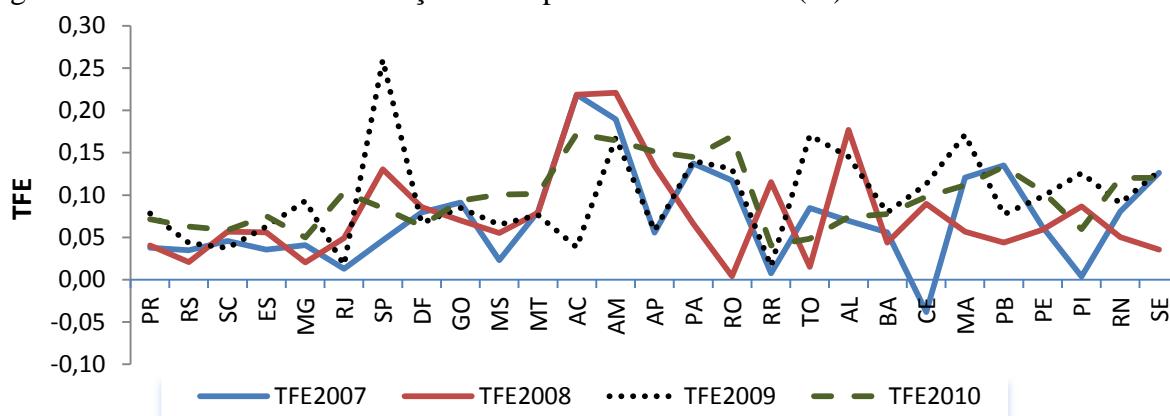
Hipótese alternativa - H_1 : Existe diferença estatisticamente significativa entre a variação dos anos 2007 a 2010.

Resultados

A dinâmica da TFE e VEMP no Brasil

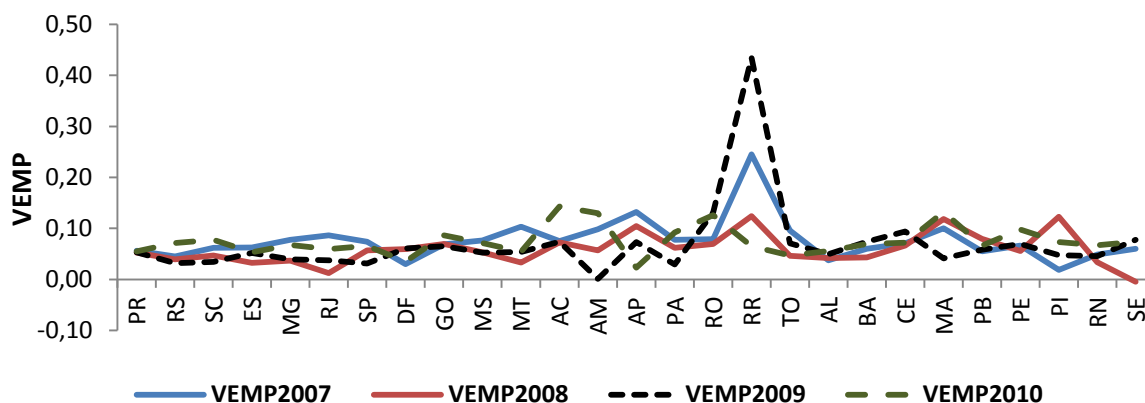
A figura 1 representa o comportamento da TFE em todas as unidades federativas no período 2007-2010.

Figura 1 – Brasil - Taxa de formação de empresas - 2007-2010 (%)



Cada ano analisado é representado por uma linha de cor diferente, sendo possível observar a formação de empresas positiva em praticamente todas as unidades federativas. A exceção é observada no estado do Ceará no ano de 2007, o qual apresentou variação negativa na taxa de formação de empresas, ou seja, o número bruto de empresas nesse ano foi menor do que no ano anterior. Outra característica a ser observada na figura 1 é que a região sul aparentemente apresentou taxas de formação de empresas baixas, porém, mais constantes no período, o que não se pode visualizar nas demais regiões.

Figura 2 – Brasil - Variação no emprego - 2007-2010 (%)



A figura 2 representa a variação no emprego nas vinte e sete unidades federativas no período 2007-2010. Observa-se uma tendência linear em praticamente todos os estados. Porém, o estado de Roraima apresentou altas taxas de variação nos anos de 2007 e 2009, as

quais atingiram 24,51% e 43,47%, respectivamente. Esse resultado revela um diferencial deste estado em relação aos demais, até mesmo dentro de sua região. Os demais estados tiveram a variação no emprego abaixo de 15%. Sergipe foi o estado que apresentou a menor taxa de formação de empresas, -0,45% em 2008, sendo a única variação negativa no período.

Tabela 1 – Brasil - Coeficiente de correlação de Spearman - 2007-2010

Variáveis	VEMP2007	VEMP2008	VEMP2009	VEMP2010
TFE2007	0,128205			
TFE2008		0,426129		
TFE2009			-0,166056	
TFE2010				0,432845

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

A tabela 1 apresenta a matriz de correlação das variáveis TFE e VEMP para todos os estados brasileiros no período, através da qual se pode observar a existência de correlação significativa e positiva entre as variáveis nos anos 2008 e 2010. Logo, valores crescentes de TFE nesses dois períodos estão estatisticamente associados a valores crescentes de VEMP no mesmo período, não podendo ser atribuído ao acaso. Nos anos de 2007 e 2009 não houve correlação significativa entre as variáveis. Verificou-se também que a variação da TFE e VEMP foi estatisticamente significativa ($p= 0,001$) ao longo dos anos.

Tabela 2 – Brasil - Coeficiente de variação TFE e VEMP - 2007-2010

ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,0724	0,0572	79	0,0765	0,0413	54
2008	0,0771	0,0565	76	0,0588	0,0308	52
2009	0,0976	0,0551	56	0,0698	0,0768	110
2010	0,0983	0,0385	39	0,0753	0,0289	38

TFE: Taxa de formação de empresas

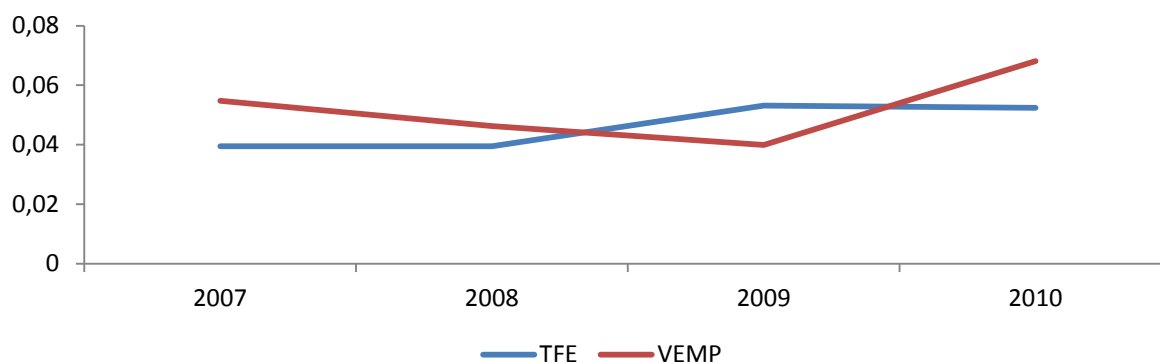
VEMP: Variação no emprego

Por meio do coeficiente de variação apresentado na tabela 2, verificou-se uma maior variabilidade na TFE no período analisado, sendo que em 2007 foi de 79% e nos anos subsequentes reduziu-se até 39%. Já para a variável VEMP o coeficiente de variação apresentou maior variação no ano de 2009. O ano de 2010 foi o ano que apresentou para as duas variáveis o menor coeficiente de variação, o que indica que nesse período a formação de empresas e a formação de emprego tiveram baixa variação no país.

A Dinâmica da TFE e VEMP nas cinco regiões brasileiras

Este tópico apresenta a análise regional, ou seja, considerando as regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte e Nordeste. O coeficiente de correlação de Spearman será demonstrado somente para a região norte, pois, para as demais regiões não houve diferença significativa para o período analisado.

Figura 3 – Sul - TFE e VEMP – 2007-2010 (%)



A figura 3 mostra o comportamento das duas variáveis TFE e VEMP na região Sul. Observa-se nessa região que, inicialmente enquanto a Taxa de formação de empresas se mantém no mesmo nível nos dois primeiros anos e se eleva em 2009, a variação no nível de emprego decresce, já no último período observa-se o crescimento no nível de emprego. Analisando-se a figura 3 é possível supor que o aumento no nível de emprego na região sul no período 2009-2010 pode ser reflexo de incentivos na formação de empresas no período 2007-2009.

Considerando a região Sul, obteve-se TFE = ($p = 0,24066$) e VEMP = ($p=0,06019$). Portanto, as variáveis não apresentaram diferença significativa entre os valores nos anos considerados.

Tabela 3 – Sul - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010

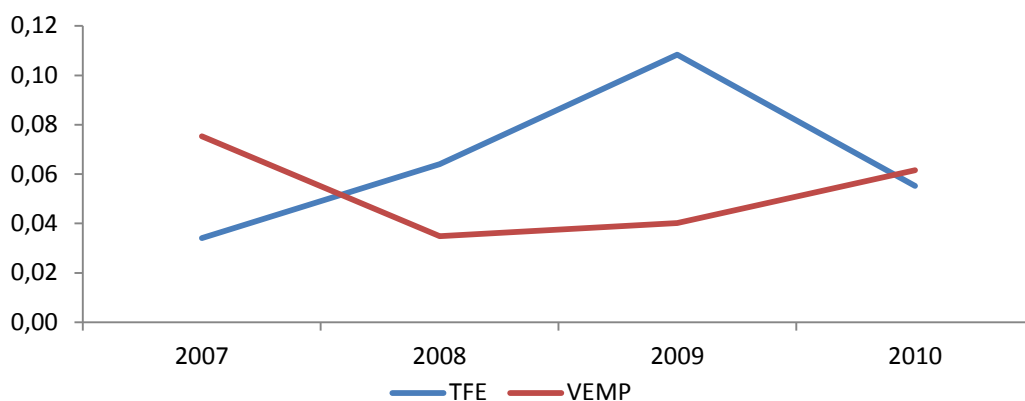
ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,0394	0,0056	14	0,0547	0,0086	16
2008	0,0394	0,0179	45	0,0463	0,0065	14
2009	0,0531	0,022	41	0,0399	0,0117	29
2010	0,0644	0,0065	10	0,0681	0,0115	17

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

Observando o coeficiente de variação na tabela 3, pode-se verificar que na região Sul a taxa de formação de empresas apresentou maior variabilidade em 2008 e 2009. Já nos anos 2007 e 2010 observa-se comportamentos semelhantes entre as variações de TFE e VEMP, ou seja, variações mais homogêneas na região.

Figura 4 – Sudeste - TFE e VEMP – 2007-2010 (%)



Com base na figura 4, observa-se que o comportamento das variáveis é praticamente inverso. Enquanto no primeiro período, houve aumento na formação de empresas, a variação no emprego apresentou queda. Já no segundo período a formação de empresas segue a tendência de crescimento enquanto a variação do emprego manteve-se praticamente estável. E no último período a situação inicial se inverte, pois, visualiza-se queda na formação de empresas, enquanto eleva-se a variação no emprego. Como o nível de emprego cai num período em que a formação de empresas se eleva, essa análise sugere que, na região sudeste as empresas que entram no mercado não absorvem a mão de obra existente.

Na região Sudeste, a variável TFE mostrou-se sem efeito diferencial significativo no período analisado, ($p=0,0850$). Já a variação no emprego - VEMP apresentou ($p=0,01120$), diferença significativa entre os períodos ($p=0,0112$).

Tabela 4 – Sudeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007- 2010

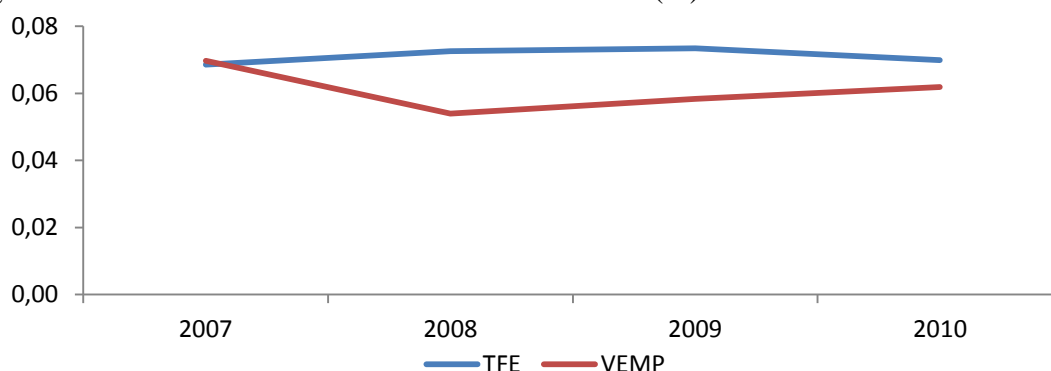
ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,0340	0,0146	42	0,0752	0,0100	13
2008	0,0640	0,0468	73	0,0348	0,0182	52
2009	0,1083	0,1057	97	0,0401	0,0088	21
2010	0,0782	0,0222	28	0,0616	0,0066	10

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

Analisando a tabela 4, observa-se que as duas variáveis apresentaram no ano de 2010 o menor coeficiente de variação do período, indicando nesse ano, a menor variabilidade no emprego e na formação de empresas da região Sudeste. No período analisado, a formação de empresas variou mais acentuadamente que o emprego na região Sudeste.

Figura 5 – Centro-Oeste - TFE e VEMP – 2007-2010 (%)



Na figura 5 observa-se que no período inicial há um declínio na variação do emprego enquanto que a formação de empresas se mantém estável na região centro oeste. Após o segundo período verifica-se uma tendência linear entre as variáveis, com a variação no emprego mantendo-se inferior a taxa de formação de empresas em todo o período. Considerando a região Centro-Oeste, não foram encontradas diferenças significativas para TFE ($p=0,55191$) e para VEMP ($p=0,68227$). Nessa região nenhuma das variáveis apresentou diferencial estatístico significativo no período.

Tabela 5 - Centro-Oeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007- 2010

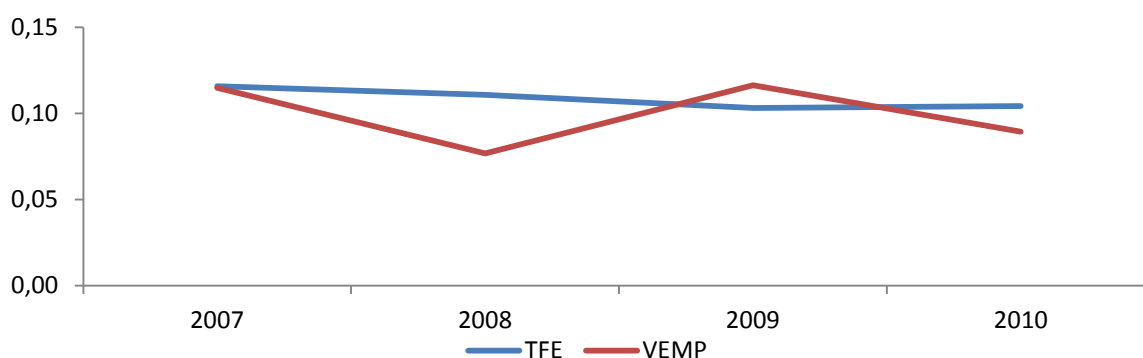
ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,0685	0,0308	44	0,0697	0,0301	43
2008	0,0725	0,0132	18	0,0538	0,0153	28
2009	0,0733	0,009	12	0,0583	0,0059	10
2010	0,0897	0,0179	19	0,0618	0,0218	35

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

Conforme a tabela 5, as variáveis apresentaram em 2009 o menor coeficiente de variação, indicando maior homogeneidade em relação às duas variáveis na região neste período.

Figura 6 – Norte - TFE e VEMP – 2007-2010 (%)



Na região Norte a variação do emprego apresentou grande instabilidade no período 2007-2010, como mostra a figura 5. No período inicial houve queda acentuada de 0,11% para 0,08% subindo no próximo período para 0,12% e novamente declinando em 2010 para 0,09%. Já a variável formação de empresas apresentou uma pequena queda no período 2007-2009 e permaneceu estável no período 2009-2010.

Tabela 6 – Norte - Coeficiente de correlação de Spearman – 2007-2010

Variáveis	VEMP2007	VEMP2008	VEMP2009	VEMP2010
TFE2007	-0,785714			
TFE2008		0,178571		
TFE2009			-0,785714	
TFE2010				0,714286

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

A região Norte apresentou um coeficiente de correlação de Spearman significativo de -0,78, sendo considerado um coeficiente negativo forte. Pode-se concluir que, na região Norte, valores crescentes de uma das variáveis estão associados a valores decrescentes da outra. Nos anos de 2008 e 2010 não houve correlação significativa entre as variáveis. TFE ($p=0,82228$) e VEMP ($p=0,20850$).

Tabela 7 - Norte - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010

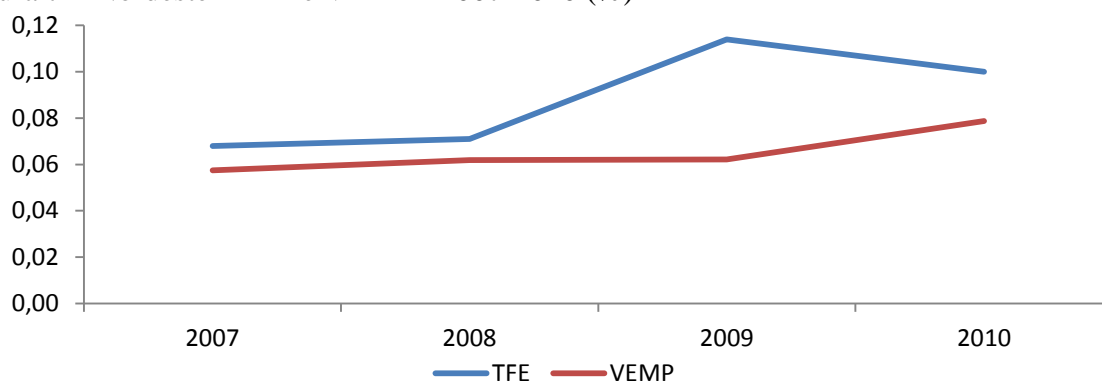
ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,116	0,0738	63	0,1148	0,0607	52
2008	0,1105	0,0885	80	0,0767	0,0276	35
2009	0,103	0,0641	62	0,1163	0,146	125
2010	0,1273	0,0575	45	0,0894	0,0459	51

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

A tabela 7 apresenta o coeficiente de variação para o período, e observa-se que para TFE houve, apesar de elevada, variabilidade mais homogênea entre os anos analisados. Porém, para VEMP no ano de 2009 o coeficiente de variação mostrou-se mais elevado em relação aos demais anos da série, o que indica que, nesse ano a variação no emprego foi bastante heterogênea na região.

Figura 7 – Nordeste - TFE e VEMP - 2007-2010 (%)



Observa-se por meio da figura 7 que, na região nordeste TFE e VEMP mantiveram-se estáveis no primeiro período. Já em 2008-2009 houve crescimento na formação de empresas, sendo que a variação no emprego manteve-se no mesmo nível inicial. No último período da análise observa-se o movimento contrário entre as duas variáveis, declínio de TFE e crescimento de VEMP.

O nordeste foi a única região que apresentou diferença significativa para as duas variáveis no período analisado: TFE ($p=0,02035$) e VEMP ($p=0,02442$).

Tabela 8 - Nordeste - Coeficiente de variação TFE e VEMP – 2007-2010

ANO	TFE			VEMP		
	Média	D. padrão	CV%	Média	D. padrão	CV%
2007	0,0683	0,0573	83	0,0577	0,0225	38
2008	0,0715	0,0437	61	0,0619	0,0407	65
2009	0,1141	0,0315	27	0,062	0,0178	28
2010	0,0999	0,0247	24	0,0787	0,0229	29

TFE: Taxa de formação de empresas

VEMP: Variação no emprego

Analisando o coeficiente de variação na tabela 5, verifica-se que, tanto TFE quanto VEMP apresentaram menor variabilidade nos últimos anos da análise, 2009-2010, o que indica que a região Nordeste apresentou-se homogênea na variação da formação de empresas e do emprego.

Considerações finais

Este artigo analisou a relação entre empreendedorismo, medido por meio da Taxa de formação de empresas, e a variação no emprego no Brasil e nas cinco regiões do país no período 2007-2010. Dos resultados obtidos, pode-se apontar algumas considerações importantes.

Para o Brasil, observou-se correlação significativa, positiva e moderada entre as variáveis, para 2008 e 2010, sendo improvável que tenha ocorrido ao acaso. Isso indica que, no Brasil, a taxa de formação de empresas está correlacionada com a variação no emprego nesses anos, ou seja, valores crescentes da formação de empresas estão associados a valores crescentes na variação do emprego nesse período. Já para os anos de 2007 e 2009 não houve diferença significativa entre as variáveis.

Em nível de Brasil, para o período 2007-2010, a variação entre a formação de empresas e o emprego mostrou-se estatisticamente significativa. Também observou-se homogeneidade entre os estados brasileiros no ano de 2010, tanto para a formação de empresas quanto para a variação no emprego. Observa-se assim que, 2010 foi o único ano do período analisado em que se obtiveram todas as estatísticas significativas, ou seja, a formação de empresas no Brasil no ano de 2010 esteve associada a formação de empregos.

O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais, e esse pode ser um dos motivos que fez com que as estatísticas encontradas para o país como um todo foram distintas das encontradas em nível regional. O Norte foi a única região que apresentou correlação negativa e significativa entre as variáveis consideradas, nos anos 2007 e 2009. Isso significa que, na região Norte valores crescentes da formação de empresas em 2007 e 2009, foram associados a valores decrescentes na variação do emprego nesse período. Este resultado vem de encontro com a teoria de Baptista, Escária e Madruga (2008), na qual, o efeito líquido da formação de novas empresas sobre o emprego pode ser negativo nos primeiros sete ou oito anos após a abertura da empresa. Segundo os autores, os efeitos positivos surgem mas, a longo prazo, depois de nove ou dez anos

Observando as figuras 3, 4 e 6 verifica-se comportamentos semelhantes para as duas variáveis, pois, nas três regiões nos períodos em que a formação de empresas cresceu houve queda na variação do emprego. Este resultado nos remete a Van Stel (2005), que sugere relação inversa entre as duas variáveis no curto prazo. Já nas figuras 5 e 7, o mesmo não pode ser visualizado, pois, ambas as regiões apresentaram comportamentos mais lineares. Outra consideração a ser feita é sobre a região Centro-Oeste, conforme figura 5. Esta foi a única

região analisada que não apresentou comportamentos contrários entre as variáveis nos períodos analisados, ou seja, enquanto uma variável apresentou elevação a outra, ou se manteve instável ou cresceu também.

Considerando teorias como de, Van Stel e Storey (2004) e Fritsch e Mueller (2004), que afirmam que o efeito positivo da entrada de novas empresas sobre a criação de empregos pode levar pelo menos cinco anos para emergir, os resultados desse trabalho sugerem que, a ausência de correlação positiva entre as variáveis na maioria das regiões brasileiras se deve ao fato do período de análise ser de apenas quatro anos. Para Fritsch e Mueller (2004), os efeitos positivos e negativos da formação de empresas sobre o emprego regional são modestos no ano em que as novas empresas são fundadas, ou seja, no curto prazo. Com base nisso, é sugerida para trabalhos futuros a análise das variáveis considerando projeções, levantando assim considerações sobre a dinâmica da atividade empresarial no emprego em períodos futuros.

Esta análise sugere que, as estatísticas encontradas para o Brasil diferem das encontradas para as regiões. Koster (2011) afirma que, características regionais podem afetar o impacto das novas empresas sobre o emprego, exigindo elaboração de políticas públicas específicas de estímulo ao empreendedorismo para cada região. Além disso, os resultados obtidos destas políticas, conforme Reynolds (1994) e Baptista, Escária e Madruga (2008) afirmam, possivelmente terão impacto no emprego em anos subsequentes e não naquele em que as empresas foram instituídas, indicando que incentivos ao empreendedorismo como forma de aumentar o nível de emprego pode não ser a melhor alternativa no curto prazo.

Referências

- ACS, Z. J. How Is Entrepreneurship Good for Economic Growth? **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, v. 1, n. 1, 2006.
- ACS, Z. J. ARMINGTON, C. Employment Growth and Entrepreneurial Activity in Cities. **Regional Studies**, 38 (8): 911–927, 2004.
- ASHCROFT, B.; LOVE J. H. Firm births and employment change in the British Counties: 1981–1989. **Regional Science**, 25; 483–500, 1996
- ASHCROFT, B.; PLOTNIKOVA, M.; RITCHIE, D. New Firm Formation in British Counties: Comparing the 1990s with the 1980s. In: CENTRE FOR PUBLIC POLICY FOR REGIONS. Glasgow: University of Glasgow, n. 6, 2007.
- AUDRETSCH, D. B. Entrepreneurship: A Survey of the Literature, Enterprise Papers Brussels: European Commission, n. 14, 2003.

AUDRETSCH, D. B. Entrepreneurship Capital and Economic Growth. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 23, n. 1: 63–78, 2007.

AUDRETSCH, D. B; FRITSCH, M. Growth Regimes over Time and Space. **Regional Studies**, V. 36, (2), 113–124, 2002.

BAPTISTA, R.; ESCÁRIA, V.; MADRUGA, P. Entrepreneurship, regional development and job creation: the case of Portugal. **Small Business Economics**, 30: 49–58, 2008.

BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. A. Empreendedorismo e crescimento econômico: uma análise empírica. *Revista da Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 12,(4): 975-993, 2008

BIRSCH, D. G. W. The Job Generation Process. MIT Program on Neighborhood and Regional Change, v. 302, 1979.

BLANCHFLOWER, D. G. Self-Employment in OECD Countries. **Labor Economics**, 7; 471–505, 2000.

BOSMA, N.; WENNEKERS, S.; AMORÓS, J. E. 2011 Extended Report: Entrepreneurs and Entrepreneurial Employees Across the Globe. *Global Entrepreneurship Monitor*, 2012.

CONGREGADO, E.; GOLPE, A. A.; CARMONA, M. Is it a good policy to promote self-employment for job creation? Evidence from Spain. **Journal of Policy Modeling** 32: 828–842, 2010.

FRITSCH, M. New Firms and Regional Employment Change. **Small Business Economics**, v.9: 437-448, 1997.

FRITSCH, M; MULLER, P. The effects of new business formation on regional development over time. **Regional Studies**, 38: 961–975, 2004.

GARTNER, W. B. Some Suggestions for Research on Entrepreneurial Traits and Characteristics. **Entrepreneurship: Theory & Practice**. 14; 27–37, 1989.

GRECO, S. M. S. *et al.* Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2010. Curitiba: IBQP, 2011.

GRECO, S. M. S. *et al.* **Empreendedorismo no Brasil**: Relatório Executivo 2011. Curitiba: IBQP, 2012.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE
<<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 20 mar. 2012.

JOHNSON, P. Differences in Regional Firm Formation Rates: A Decomposition Analysis. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 28, n. 5: 431-446, 2004.

KOSTER, S. Individual foundings and organizational foundings: their effect on employment growth in The Netherlands. **Small Business Economics**, 36: 485-501, 2011.

PASSOS, C. A. K. *et al.* Empreendedorismo no Brasil: 2007, Curitiba: IBQP, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007.

_____. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2008.

_____. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2009.

_____. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2010.

NASSIF, V. M. J.; GHOBRI, A. N. AMARAL, D. J. Empreendedorismo por Necessidade: O Desemprego como Impulsionador da Criação de Novos Negócios no Brasil. **Pensamento & Realidade**, v. 24, n. 1, 2009.

REYNOLDS, P. D. Autonomous firm dynamics and economic growth in the United States, 1986–90. **Regional Studies**, 27: 429–442, 1994.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHANE, S. Why encouraging more people to become entrepreneurs is bad public policy. **Small Business Economics**, v. 33, n. 2, 2009.

SPENCER, A. S.; KIRSCHHOFF B. A.; WHITE, C. Entrepreneurship, Innovation, and Wealth Distribution: The Essence of Creative Destruction. **International Small Business Journal**, v. 28, n. 9; 9-26, 2008.

SUTARIA, V.; HICKS, D. A. New firm formation: Dynamics and determinants. **Regional Science**, 38: 241–262, 2004.

THURIK, R.; WENNEKERS, S. Entrepreneurship, small business and economic growth. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v.11, (1); 140-149, 2004.

TIMMONS, J; SPINELLI, S. New venture creation: entrepreneurship for the 21st century. 6.ed. Boston: Irwin McGraw Hill, 2004.

VAN STEL, A., J. Entrepreneurship and Economic Growth: Some Empirical Studies, Tinbergen Institute Research Series, Vol. 350, Amsterdam: Thela Thesis, 2005.

VAN STEL, A. J.; STOREY, D. J. The link between firm births and job creation: Is there a Upas Tree effects? 2004.

WENNEKERS, S. *et al.* Nascent Entrepreneurship and the Level of Economic Development. **Small Business Economics**, 24: 293–309, 2005.

WONG, P. K.; HO, Y. P.; AUTIO, E. Entrepreneurship, Innovation and Economic Growth: Evidence from GEM data. **Small Business Economics**, v. 24, n. 3; 335-350, 2005.

DISCUSSÃO

Esta discussão tem como finalidade integrar os resultados apresentados individualmente, em cada artigo que compõe essa dissertação. O trabalho inicia-se com o estudo da dinâmica da atividade empreendedora nas cinco regiões brasileiras no período 2007-2009. Na segunda etapa, relaciona-se o empreendedorismo com a variação no emprego no período 2007-2010 no Brasil e nas cinco regiões individualmente.

O primeiro artigo teve como objetivo medir o taxa de empreendedorismo das macrorregiões brasileiras e, com base nela, avaliar o desempenho das regiões no período 2007-2009. Para tanto, utilizou-se o número de unidades locais, dado este disponibilizado pelo IBGE para todos os municípios brasileiros para o cálculo da taxa média de formação de empresas de cada estado. Com a média estadual foi possível calcular a taxa média das cinco regiões do país.

Observaram-se a partir deste estudo, contrastes entre as cinco regiões brasileiras. A região Sul, tradicionalmente considerada uma das mais desenvolvidas do país, apresentou a menor taxa de formação de empresas no período. Segundo IBGE (2012), esta região possui os melhores indicadores sociais do país. No entanto, este resultado sugere que, o bom desempenho social da região não está associado à atividade empreendedora dos seus habitantes. Essa, ao que parece, não recebe a devida atenção por parte dos formuladores de políticas públicas. Por outro lado, a região Norte, reconhecida por ser uma região pobre e de baixos indicadores sociais, surpreende por apresentar a maior taxa de formação de empresas entre as regiões, apesar de haver decréscimo nas taxas no período analisado.

Em termos de desempenho da taxa de formação de empresas, a região Sudeste apresentou o melhor resultado entre as regiões, pois, a mesma cresceu em todo o período analisado. O Centro-Oeste foi a região que apresentou maior equilíbrio na formação de empresas no período. O Nordeste foi a única região que apresentou em um dos seus estados, taxas negativas para a formação de empresas, ou seja, em 2007 o número de empresas foi menor do que em 2006 no Piauí. Apesar disso, a região apresentou desempenho satisfatório, mantendo-se estável no primeiro período e crescendo no período 2008-2009. Assim, em relação ao empreendedorismo observaram-se comportamentos distintos entre as cinco regiões brasileiras.

Segundo IBGE (2012), em 1997, a Comissão de Estatística das Nações Unidas - CENU aprovou a adoção de um conjunto de indicadores sociais para compor uma base de

dados nacionais mínima, com objetivo de permitir o acompanhamento estatístico de programas nacionais de cunho social. O emprego é um dos indicadores sociais apresentados pela CENU, e é considerada uma variável que, supostamente reflete bem o crescimento ou queda da atividade empresarial. Desse modo, relacionou-se a variável taxa de formação de empresas com a variação no emprego para o Brasil e para as cinco regiões, resultados estes apresentados no segundo artigo dessa dissertação.

Os resultados do segundo artigo foram apresentados em duas seções. A primeira investiga a relação entre as variáveis no Brasil como um todo, e a segunda analisa o comportamento das variáveis em cada uma das cinco regiões separadamente. A taxa de formação de empresas no Brasil no período 2007-2010 apresentou grande oscilação. Diferentemente da variação no emprego, que oscilou pouco no período, com exceção do estado de Roraima que nos anos 2007 e 2009 apresentou picos positivos na variação do emprego, ficando bem acima da média dos demais estados. Nos anos de 2008 e 2010 foi encontrada correlação significativa entre as variáveis para o Brasil. O que não foi observado nos anos demais anos estudados.

Na análise regional observaram-se comportamentos distintos para cada uma das cinco regiões. A região Sul não apresentou associação significativa entre as variáveis, o que significa que a formação de empresas não está correlacionada com a variação no emprego nesta região. Outra questão a ser observada é quanto ao comportamento das variáveis nesta região, pois, em nenhum período analisado, as variáveis seguiram a mesma trajetória, indicando, por exemplo, que quando a formação de emprego se eleva a variação no emprego descreve e vice versa.

A região Sudeste apresentou comportamento semelhante à região Sul, pois, em praticamente todo o período analisado, as variáveis movimentaram em sentidos contrários. Porém, a região não apresentou correlação significativa entre as duas variáveis no período. O Centro-Oeste foi a região que apresentou o comportamento mais similar e linear entre as variáveis, apesar de não ser encontrada diferença significativa entre elas. A formação de empresas e a variação no emprego nesta região mostraram-se sem oscilações consideráveis.

Na região Norte a taxa de formação de empresas apresentou pouca variação no período analisado. Já o emprego variou consideravelmente, apresentando picos de queda e elevação. Nesta região foi encontrada correlação negativa e forte entre as variáveis para os anos 2007 e 2009, resultado este que sugere que, nestes anos o aumento na formação de empresas representou queda na variação do emprego. Esse resultado nos remete a Thurik, *et al.* (2008), o qual afirma que, o efeito líquido da formação de novas empresas sobre o

emprego nos primeiros anos pode ser negativo. Na região Nordeste a variação no emprego apresentou-se mais acentuada que a formação de empresas. Observou-se que o Nordeste foi a única região que apresentou para as duas variáveis analisadas diferença significativa no período analisado.

A análise mostrou comportamentos distintos entre as cinco regiões, diferenças essas que nos remetem às características regionais heterogêneas as quais possui o Brasil, muitas, devido à sua grande dimensão territorial. Nesse sentido, Koster (2011) afirma que, características regionais podem afetar o impacto das novas empresas sobre o emprego. Portanto, especificidades regionais são fatores importantes a serem considerados, quando da elaboração de políticas públicas de estímulo à atividade empresarial e ao emprego.

CONCLUSÃO

Esse estudo apontou consenso entre pesquisadores sobre os benefícios do empreendedorismo para a economia de um país ou região. Porém, o tempo que é necessário para que novas e pequenas empresas tenham participação efetiva na economia e, as diferenças regionais, são determinantes para a elaboração de políticas públicas destinadas ao incentivo à atividade empresarial e, conseqüentemente, de geração de emprego. Com relação a isso, Thurik *et al.* (2008) afirma que, focar na atividade empreendedora é uma boa estratégia de políticas públicas para gerar empregos, porém, é necessário considerável tempo para que os resultados se tornem visíveis. Os autores também acreditam que as características regionais podem afetar o impacto de novas empresas sobre o emprego.

Esse capítulo apresenta as conclusões da dissertação, acerca do objetivo geral e dos objetivos específicos da pesquisa, respondidos em cada artigo integrante desse trabalho. O objetivo geral foi investigar o comportamento da atividade empreendedora no Brasil e sua relação com a variação no emprego. Esse objetivo foi alcançado com o auxílio de testes estatísticos, gráficos e tabelas, os quais apresentaram primeiramente o comportamento da taxa de formação de empresas para o Brasil desmembrado em cinco regiões, no período 2007-2009. Posteriormente, a variação no emprego foi incluída na análise, além do ano 2010. Nesse estudo, além das cinco regiões foi observado o comportamento das duas variáveis também no Brasil como um todo, considerando todas as suas unidades federativas.

O primeiro objetivo específico buscou analisar a variação do empreendedorismo no período 2007-2009 nas cinco macrorregiões brasileiras. Os resultados obtidos dessa análise indicam a alta variabilidade na formação de empresas em todas as regiões. Além disso, os resultados apontaram contradições entre as regiões com maior e menor índice de desenvolvimento do país indicando que a região Norte, tradicionalmente menos desenvolvida, apresentou as mais altas taxas de empreendedorismo. E a região Sul, reconhecida pelos ótimos indicadores sociais, revelou a mais baixa taxa de formação de empresas no período.

O segundo objetivo específico foi investigar a relação entre a taxa de formação de empresas e a variação na abertura de postos de trabalho no Brasil e nas cinco regiões do país. Os resultados das análises indicam diferenças quando comparados os resultados regionais com os do Brasil como um todo. Foram encontrados resultados significativos quando analisada a relação entre as duas variáveis, para o Brasil. Porém, esses resultados são amplos, já que analisam as 27 unidades federativas sem regionalizá-las, ou seja, desconsiderando características comuns de cada região. Já na análise regional os resultados obtidos são

pontuais, e evidenciam melhor o comportamento das variáveis. Nessa análise considerou-se para ambas as variáveis as médias da totalidade das unidades federativas que compõem a região. Já na análise do país como um todo, consideraram-se as médias das unidades federativas individualmente.

Como resultado para o país como um todo, foi encontrada correlação positiva entre as variáveis nos anos 2008 e 2010, revelando que nesse período valores crescentes do empreendedorismo estão associados a valores crescentes da variação no emprego. Esse resultado não foi encontrado para os demais períodos da análise. Na análise regional, identificou-se na região Norte correlação negativa entre as variáveis, revelando que, enquanto o empreendedorismo cresceu, a variação no emprego nessa região nos anos 2007 e 2009 apresentou queda.

Assim, conclui-se que esse estudo atendeu aos objetivos propostos demonstrando que tanto a taxa de formação de empresas quanto à variação no emprego variam espacialmente dentro do Brasil. E, quanto à relação entre as duas variáveis, no Brasil pode-se considerar que estavam correlacionadas no período analisado. No entanto, na análise regional a única correlação significativa encontrada entre as variáveis foi negativa, para a região Norte. Esses resultados indicam que há necessidade de elaboração de políticas públicas voltadas especificamente para a atividade empresarial já consolidada, que é indiscutivelmente, a maior geradora de postos de trabalho e, não somente dedicar esforços a abertura de novas empresas. Estas necessitam de um prazo maior para apresentarem resultados satisfatórios quanto a abertura de postos de trabalho, e muitas vezes fecham antes de atingirem estes resultados .

REFERÊNCIAS

- AUDRETSCH, D. B; FRITSCH, M. Growth Regimes over Time and Space. *Regional Studies*, V. 36, (2), 113–124, 2002.
- AUDRETSCH, D. B. THURIK, A. R. Capitalism and democracy in the 21st Century: from the managed to the entrepreneurial economy. **Journal of Evolutionary Economics**. (10); 17-34, 2000.
- BARON, R. A.; SHANE, S. A. **Empreendedorismo**: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- BIRSCH, D. G. W. The Job Generation Process. MIT Program on Neighborhood and Regional Change, v. 302, 1979.
- BOSMA, N.; WENNEKERS, S.; AMORÓS, J. E. 2011 Extended Report: Entrepreneurs and Entrepreneurial Employees Across the Globe. Global Entrepreneurship Monitor, 2012.
- FRITSCH, M; MULLER, P. The effects of new business formation on regional development over time. **Regional Studies**, 38: 961–975, 2004.
- GARTNER, W. B. Some Suggestions for Research on Entrepreneurial Traits and Characteristics. **Entrepreneurship: Theory & Practice**. 14; 27–37, 1989.
- HISRICH. R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo, 5 ed, Bookman, Porto Alegre, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 20 nov. 2012.
- JOHNSON, P. Differences in Regional Firm Formation Rates: A Decomposition Analysis. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 28, n. 5: 431-446, 2004.
- KELLEY, D. J.; BOSMA, N.; AMARÓS, J. E. Global Entrepreneurship Monitor - GEM Global report 2010. Babson College, Babson Park, MA, United States. Lead Sponsoring Institution and Founding Institution, 2010.
- KOSTER, S. Individual foundings and organizational foundings: their effect on employment growth in The Netherlands. **Small Business Economics**, 36: 485-501, 2011.
- MDT - Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses. Universidade Federal de Santa Maria. 8ª ed. Editora da UFSM, 2012.
- SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- THURIK, R.; WENNEKERS, S. Entrepreneurship, small business and economic growth. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v.11, (1); 140-149, 2004.
- THURIK, A. R. et al. Does self-employment reduce unemployment? **Journal of Business Venturing** (23); 673– 686, 2008.

VAN STEL, A. J.; STOREY, D. J. The link between firm births and job creation: Is there a Upas Tree effects? 2004.